

ANTONIA MARIA CARDOSO E SILVA

**A SUPERVISÃO ESCOLAR E AS INTERVENÇÕES DO
SUPERVISOR NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM**

Orientadora: Profa. Doutora Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

ANTONIA MARIA CARDOSO E SILVA

**A SUPERVISÃO ESCOLAR E AS INTERVENÇÕES DO
SUPERVISOR NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

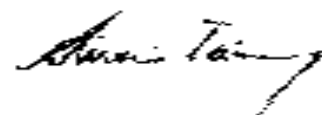
Orientadora: Profa. Doutora Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Co-orientador: Prof. Doutor António Neves Duarte Teodoro

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”.



DEDICATÓRIA

A Deus, primeiramente, por essa conquista tão importante e valorosa em minha vida.

Aos meus familiares, em especial, meu esposo Zedequias, e meus filhos, por estarem sempre do meu lado apoiando diante de muitas ocupações e por me mostrarem ausente, mas compreendendo-me em todos os aspetos.

A todos os mestres que passaram e deram sua contribuição em minha formação.

Aos professores do ISEC pelos grandes contributos.

A todos e a todas que contribuem e contribuíram para o alcance desta meta de grande valor em minha vida.

.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me amparar nos momentos difíceis, dar-me força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e suprir-me em todas as minhas necessidades.

À minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo, por acreditar em mim, mostrar-me o caminho da ciência, fazer parte da minha vida nos momentos bons e ruins, por ser exemplo de profissional e por estar entre as mulheres que sempre farão parte da minha vida.

À minha família, a qual amo muito, pelo carinho, paciência e incentivo.

Aos amigos que fizeram parte desses momentos, sempre me ajudando e incentivando.

Aos meus colegas de trabalho que participaram diretamente deste trabalho e ajudaram-me em todos os momentos.

A todos os colegas e professores da pós-graduação, pelo convívio e aprendizado.

RESUMO

Analizou-se a ação intervencionista do supervisor escolar no sistema municipal e estadual de educação do município de Caxias no Estado do Maranhão/Brasil para compreender o lugar que este profissional ocupa através de suas práticas intervencionistas nesse espaço escolar para perceber porque o supervisor escolar, sendo um profissional importante no processo de ensino e aprendizagem frequentemente é colocado à margem dos processos formativos que se estabelecem nesse sistema. A abordagem foi qualitativa com análise bibliográfica e documental do funcionamento do sistema estudado e revisão de literatura sobre as noções de supervisão, supervisão escolar, processos formativos e sistema educacional com base em autores como Ferreira (1999); Meneses (1977); Giancaterino (2010); Grinspun (2008), Lück (2008). Os dados coletados por meio da análise bibliográfica foram completados pela reflexão sobre a prática e questionários com educadores que atuam nas escolas observadas e entrevistas supervisores escolares no referido sistema. A pesquisa aponta que os supervisores têm ocupado lugares diferentes nos processos formativos que se desenvolvem no sistema municipal e estadual de educação dependendo das políticas educacionais na administração de cada momento permitindo inferir que no sistema estudado as políticas desenvolvidas se caracterizam mais como políticas de governo que políticas de estado.

Palavras chave: Escola; Supervisão Escolar; Intervenção do Supervisor.

ABSTRACT

Analyze the action interventionist school supervisor in the municipal and state education in the city of Caxias do Maranhão State / Brazil to understand the place that it holds through its professional interventionist practices to realize that the school because the school supervisor, and an important professional in the process of teaching and learning is often placed outside the formative processes that take place in this system. A qualitative approach to analyzing literature and documents the operation of the system under study and literature review on the notions of supervision, school supervision, training processes and educational system based on authors such as Ferreira (1999); Meneses (1977); Giancaterino (2010); Grinspun (2008), Lück (2008). The data collected through the literature review were completed by reflection on practice and questionnaires with educators who work in schools and interviews school supervisors observed in this system. The research shows that supervisors have occupied different places in the formative processes that develop in the municipal and state education policies depending on educational administration at each time inferred that allowing the system studied the policies are characterized as more government policies that policies state.

Keywords: School; School Supervision; Intervention Supervisor.

LISTA DE SIGLA

ANFOPE	– Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
EJA	– Educação para Jovens e Adultos
INEP	– Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
LDBEN	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Escola
PPP	– Projeto Político-Pedagógico
SEDUC	– Secretaria da Educação do Estado do Maranhão
SME	– Secretaria de Educação Municipal
SOE	– Serviço de Orientação Escolar
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UERJ	– Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPI	– Universidade Federal do Piauí
ULHT	– Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS.....	08
ÍNDICE DE TABELAS	09
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA DO(A) SUPERVISOR(A)	
ESCOLAR	15
1.1 A FUNÇÃO SUPERVISORA NO ÂMBITO ESCOLAR	20
1.2 A PROFISSÃO DO SUPERVISOR	22
CAPÍTULO II: O CONTEXTO ESCOLAR E O TRABALHO DO SUPERVISOR	
ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA.....	31
2.1 A HISTÓRIA DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO ESTADO DO MARANHÃO..	33
CAPÍTULO III: O <i>DESIGN</i> DA INVESTIGAÇÃO E O PERFIL DAS ESCOLAS	
INVESTIGADAS E DE SEUS AGENTES PROFISSIONAIS	36
3.1 O <i>DESIGN</i> DA INVESTIGAÇÃO	37
3.1.1 Tipo de pesquisa	37
3.1.2 Acesso ao campo de investigação.....	40
3.1.3 Instrumento de coleta e análise de dados.	41
3.2 O UNIVERSO DA PESQUISA.....	43
3.2.1 A Unidade Integrada Municipal João Lobo	44
3.2.2 O Centro de Ensino Eugênio Barros	51
CAPÍTULO IV: ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES INTERVENCIONISTAS	
DOS SUPERVISORES NAS ESCOLAS INVESTIGADAS	62
4.1 CONCEPÇÃO DO TRABALHO DO SUPERVISOR PELA SUPERVISÃO	64
4.2 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A PRÁTICA DA SUPERVISÃO	
ESCOLAR.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
BIBLIOGRAFIA	72
APÊNDICES	i
ANEXOS	vii

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Unidade Integrada Municipal João Lobo.....	44
Fotografia 02: Feira cultural da Unidade Integrada Municipal João Lobo	46
Fotografia 03: Centro de Ensino Eugênio Barros.....	52
Fotografia 04: Algumas ações de intervenção na escola.....	59

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Síntese dos pontos positivos e pontos negativos dos modelos de inspeção/supervisão	30
Tabela 02: Estatística do desempenho académico da escola em 2010/2011: Ensino Fundamental e Médio	54
Tabela 03: Profissionais do Centro de Ensino Eugénio Barros.....	56-57

INTRODUÇÃO

A escola é o lugar responsável pela ação educativa por ser o local onde ocorre a educação formal, assim torna-se campo fértil para estudos voltados à compreensão de relações educativas que ocorrem em seu interior. Nesse contexto, o Supervisor Escolar¹ torna-se figura importante porque está intrinsecamente ligado ao ato de ensinar e aprender, nesse sentido o supervisor e o professor são coautores do processo de ensino e aprendizagem. Entendemos que o supervisor escolar, ao desenvolver ações intervencionistas, favorece o fortalecimento do ensino e da aprendizagem escolar a partir do incentivo de ações educativas capazes de contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores.

Refletir sobre a supervisão escolar no Brasil e no Estado do Maranhão, mais precisamente em escolas situadas no Município de Caxias é um assunto instigante e ao mesmo tempo complexo envolvendo todas as instâncias da escola bem como todos os sujeitos que transitam por esse espaço. Esta dissertação de mestrado apresentada junto Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT/Lisboa – Portugal tem como objeto de investigação as intervenções feitas pelo supervisor escolar no processo de ensino e aprendizagem na rede regular de ensino no Município de Caxias-Estado do Maranhão, mais precisamente nas escolas denominadas Unidade Integrada Municipal João Lobo e no Centro de Ensino Eugênio Barros.

A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa e como procedimento de coleta de dados a análise bibliográfica e documental feita por meio da legislação e das normas que organizam a estrutura e funcionamento do sistema estudado, além da revisão de literatura sobre as noções de supervisão, supervisão escolar e sistema educacional enquanto estudo a partir dos registros e experiências da investigadora, a observação participante ancorada na aplicação de instrumentos de investigação como entrevistas, questionários e as seguintes fontes de consulta: diretrizes da Secretaria da Educação do Estado do Maranhão – SEDUC, Projeto Político-Pedagógico – PPP das escolas investigadas e o estado arte dos trabalhos acadêmicos, teses, dissertações de mestrado e pesquisa nos *sites* disponíveis na *internet* desenvolvidos nos últimos cinco anos, considerados relevantes.

¹ Na literatura recorrente o termo supervisor escolar é empregado às vezes como sinônimo de coordenador pedagógico (CHRISTOV, 2003; GARRIDO, 2003; VIEIRA, 2004) ou termos similares. Atualmente na Secretaria de Educação do Estado do Maranhão esse profissional é chamado pedagogo. No entanto, no contexto desta pesquisa, fizemos a opção por empregar o termo supervisor escolar, porque consideramos que ele seja o mais adequado em virtude da especificação desse termo no Art. 64 da Lei 9.394/96 e o Parecer CNE/CP nº. 05/05 e 03/06.

Para além desses instrumentos acessamos a Constituição Federal de 1988; a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; Pareceres e Resoluções que normatizam a profissão do Supervisor.

O **OBJETIVO GERAL** da pesquisa foi analisar a prática supervisora intervencionista em duas escolas da rede pública regular de ensino do Município de Caxias-MA a fim de perceber se a mesma contribui para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem com vistas a uma educação de qualidade.

Quanto aos **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** pretendemos:

- Investigar o trajeto histórico-político do(a) profissional Supervisor(a) Escolar;
- Conhecer o contexto escolar e o trabalho do(a) Supervisor(a) Escolar no Estado do Maranhão e no Município de Caxias, notadamente nas escolas investigadas;
- Desenvolver o *design* da investigação com base na metodologia adotada, a dimensão da população estudada, os instrumentos de recolha de dados, o tratamento e a análise dos dados.
- Analisar e comparar as características das ações intervencionistas do(a) Supervisor(a) Escolar desenvolvidas nas escolas investigadas;

A relevância do tema está na contribuição científica da investigação proposta, na medida em que amplia a visão da função supervisora no âmbito da escola e para, além disso, possibilita um novo olhar nos pressupostos educacionais para a concretização de uma educação democrática, por meio da reflexão crítica, cujo referencial é a origem dessa formação educativa – o supervisor escolar, atrelado às mudanças conjunturais de nossa sociedade e consequentemente a atuação desse profissional no ambiente escolar.

Como nos fala Ferreira (1999, p. 76),

“Se a supervisão educacional for compreendida como prática profissional do educador comprometido com os princípios da Carta Magna, que impõe outra visão de mundo e de sociedade que se almeja, mais justa e humana, seriamente articulada com as políticas, o planejamento, a gestão, a avaliação da educação e o ensino, aí, então, será encontrada a supervisão educacional como prática articuladora, dinâmica e cônica de seu papel histórico na educação.

Anísio Teixeira, no texto intitulado **Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras**, defende que a cultura entre o oficial e o oficioso é um traço que remete ao início da colonização brasileira. Teixeira (1962, p. 59) reconhece a grande

distância do discurso e da prática da política brasileira, ao argumentar sobre a realidade das políticas públicas:

“A realidade, porém, é que nos acostumamos a viver em dois planos, o ‘real’, com as suas particularidades e originalidades, e o ‘oficial’ com os seus reconhecimentos convencionais de padrões inexistentes. [...] cada uma de nossas leis representa um plano ideal de perfeição à maneira da utopia platônica” (TEIXEIRA, 1962, p.60).

Ao desenvolver esta dissertação, buscamos compreender como as políticas públicas de Educação no Estado do Maranhão conceituam o trabalho do Supervisor Escolar, com base na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN/96, e, a partir daí, fazer uma análise entre o real, o esperado e o necessário, de modo que realmente haja contribuição da Supervisão Escolar para a efetiva democratização da escola pública, oferecida a sociedade maranhense.

Ao percorrer o caminho entre o real e o idealizado, por meio da prática profissional e da observação ao ambiente escolar, procuramos contribuir para a melhoria da educação pública neste Estado.

Quanto ao problema de pesquisa, procuramos responder a seguinte questão: **Como se dá a prática intervencionista do Supervisor Escolar para consolidar a relação ensino e aprendizagem nas escolas selecionadas para campo de investigação no Município de Caxias-MA?** Para responder a esse questionamento, durante um ano buscamos autores que discutem a temática da função supervisora, entre eles: Ferreira (1999); Meneses (1977); Giancaterino (2010); Grinspun (2008); cujo material permitiu compreender os conceitos de Supervisão Escolar e percebê-los de modo mais crítico, com elaboração de fichamento e posterior redação do texto.

Durante o desenvolvimento do trabalho, ficou claro que a intervenção supervisora pode contribuir para uma escola pública de qualidade, ou seja, uma escola na qual os profissionais da educação reflitam sobre a sua prática e se conscientizem de que o objetivo da escola pública é a formação de sujeitos/cidadãos capazes de construir uma sociedade mais igualitária, justa e democrática.

O foco da reflexão foi a compreensão da intervenção da supervisão escolar no processo de ensino e aprendizagem, que requer planejamento de trabalho, reflexão conjunta e conhecimento das políticas públicas voltadas à educação, tendo como escopo a qualidade da escola pública no município de Caxias-MA.

Posteriormente no primeiro capítulo tratamos do **trajeto histórico-político do profissional que supervisiona** as ações educativas na escola brasileira proclamada nos documentos legais e a morosidade encontrada na sua consolidação.

No segundo capítulo abordamos **o contexto escolar e o trabalho do Supervisor Escolar no Estado do Maranhão e no Município de Caxias, notadamente nas escolas investigadas**, onde é analisada a realidade vivida pelos supervisores e a construção de novos caminhos para a função supervisora visando à democratização do ensino público.

No terceiro capítulo discutimos **o design da investigação, a estrutura metodológica adotada, a população estudada, os instrumentos de recolha de dados e o tratamento e análise dos dados**.

No quarto capítulo fizemos uma **análise comparativa das ações intervencionistas dos Supervisores escolares das escolas investigadas para perceber o grau de aproximação ou distanciamento dessas práticas** sendo por último tecidas as **Considerações Finais**.

CAPÍTULO I

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA DO(A) SUPERVISOR(A) ESCOLAR

A construção deste capítulo de dissertação de mestrado se orienta a partir da leitura atenta de um livro organizado por Naura Syria Carapeto Ferreira com publicação no ano de 2007, intitulado “Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação”, tendo vários autores colaboradores inclusive a autora citada e que em um dos seus capítulos, a mesma trata da supervisão a partir de três eixos sucessivos: a ideia de supervisão, a função da supervisão e a profissão do supervisor.

Inicialmente buscando encontrar as origens do termo «supervisão» a autora destaca que em princípio o que temos é uma lacuna nas «relações educativas», aqui entendida como qualquer tipo de relação entre pessoas que denote um aprendizado e mudança de comportamento, enfim a função do que *a posteriori* seria identificado como sendo do **Supervisor** pode ser definida como “a ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar à regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento”.

Em continuação, tomando como referência a obra de Foulquié (1971, p.452)², Ferreira (2007) destaca as origens primitivas da supervisão pedagógica, ainda não identificada como escolar, no sentido de que nos tempos denominados historicamente como primitivos, a instituição escolar nos moldes que hoje a conhecemos ainda não existia, o que havia de fato eram as relações coletivas dos meios de produção, onde os homens se apropriavam coletivamente dos meios de vida fornecidos diretamente pela natureza para satisfazer suas necessidades existenciais.

No entanto, no contexto dessas sociedades ditas primitivas a educação coincidia com a própria vida, sendo uma ação espontânea, na qual de forma ingênua poder-se-ia falar da não existência de uma ação supervisora, embora esta já se fizesse presente através dos adultos mais idosos que exerciam de uma vigilância discreta e exemplar, educando, protegendo e orientando as crianças (FERREIRA, 2007).

Mas a história segue seu curso natural e com a fixação do homem a terra surge a propriedade privada e conseqüentemente a divisão social de classes e de trabalho, trazendo consigo o estigma da diferença entre os homens que possuem bens e os que nada possuem, sendo que os que possuem mais riqueza almejam mais poder e para ter mais poder necessário se faz o domínio do saber, surgindo aí a necessidade de aprender, dando origem a instituição escolar, lugar do «ócio» como etimologicamente é definida no grego antigo, visto que nela só poderiam adentrar aqueles que dispusessem de tempo livre para se dedicar aos estudos, enquanto que a maioria, contrapondo-se a educação escolar, continuariam a trabalhar.

² FOULQUIÉ, P. Dictionnaire de la langue pédagogique. Paris: PUF, 1991.

Esse fenômeno persistiu na Antiguidade e na Idade Média, embora a escola tenha se apresentado de forma diferenciada nesses momentos históricos, ainda assim era para os que possuísem maiores rendas ou nobreza, no entanto até aqui a ação supervisora não existia de fato, na medida em que na escola se bastavam o mestre e os discípulos, no dizer de Saviani (1999, p.98), “à semelhança do artesão, na escola o mestre realizava o trabalho por inteiro, a formação de seus discípulos”.

Alguns estudiosos da educação destacam que a função do mestre ou pedagogo como identificado na Grécia antiga se aproxima em muito a figura do supervisor, pois além de ensinar as letras aos seus discípulos, ele vigiava, controlava e punia, enfim supervisionava seus atos.

Alguns especialistas em História da Colonização Americana (ABREU, 1975; HOLANDA, 1964) chegam a comparar o supervisor à figura do Intendente, uma espécie de capataz que vigiava os escravos submetidos aos trabalhos pesados da lavoura ou da mineração (PONCE, 1981, p.45). Enfim, seja mestre, pedagogo ou intendente quem quer que seja cuja função fosse cuidar da educação ou vigilância das crianças e/ou dos adultos poderia naquele momento ser identificado como um supervisor no sentido *lato* da palavra.

As transformações oriundas da época moderna com a exigência da disseminação dos códigos formais exigem a modernização da escola e com ela a ideia de supervisão educacional que vai se disseminando na organização estatal e nacional, em nosso caso com a chegada dos jesuítas ao Brasil, em 1549, são instaladas as primeiras escolas com base no *Ratio Studiorum*, linhas mestras de organização didática e da atividade pedagógica que orientaria a educação escolar na colônia portuguesa.

No *Ratio Studiorum* se encontra um plano minucioso de como desenvolver as atividades escolares e consequentemente de vigilância e supervisão das funções educativa exercida inicialmente pelo próprio professor que durante horas a fio, supervisionava os alunos de mesa em mesa, de círculo em círculo (ALMEIDA, 1989, p.60).

Quando da instauração do Império, a ideia de supervisão chega aos súditos através do Relatório de 1834 que criou a figura do «Inspetor de Estudos», para remediar a situação deplorável na qual se encontravam as escolas, através de uma supervisão permanente.

Após a independência do Brasil se inaugura a organização autônoma da instrução pública com a Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu as escolas de primeiras letras “em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império”. O artigo 5º dessa lei determinava que os estudos se realizassem de acordo com o “Método do Ensino Mútuo”, assim denominado

porque o professor absorvia as funções de docência e supervisão, cabendo a ele instruir seus monitores e supervisionar as atividades de ensino, assim como a aprendizagem dos alunos: “durante as horas de aula para as crianças, o papel do professor limitou-se a supervisão ativa de todos os alunos e monitores” (ALMEIDA, 1989, p. 65).

Mais tarde através de outro regulamento no ano de 1854, o Ministro de Educação Couto Ferraz estabeleceu como missão do inspetor geral «supervisionar», seja pessoalmente, seja por seus delegados ou membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária públicos e particulares, além de também presidir aos exames dos professores, lhes conferirem diplomas e até corrigir livros e substituí-los por outros considerados melhores, enfim cabia ao supervisor funções as mais diversas no âmbito da educação geral (ALMEIDA, 1989, p. 90).

“[...] a Supervisão tem na sua função elementos que lhe são específicos (elementos de “(co)ordenação” do processo ensino-aprendizagem) e elementos que são comuns aos demais serviços (elementos da prática educativa), o que significa dizer que tem a sua especificidade e tem a sua articulação com a totalidade da escola e, por meio dela, com a totalidade social” (RANGEL; FERREIRA, 2011, p. 22).

No final do Império os debates sobre a função do supervisor se tornaram mais acirradas e a ideia de supervisão vai ganhando contornos mais nítidos e ao mesmo tempo as condições objetivas do capitalismo que se instalava sorrateiramente na sociedade impunha uma melhor organização dos serviços educacionais, implicando a criação de órgãos centrais e intermediários para formulação das diretrizes e normas pedagógicas, dados que contribuem para que no início do período republicano diversas reformas fossem implementadas e dentre elas o surgimento dos «profissionais da educação», isto é, o aparecimento dos técnicos em escolarização, constituindo em uma nova categoria profissional (NAGLE, 1974, p. 102).

A supervisão surgiu no Brasil pela primeira vez com a Reforma Francisco Campos, Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931, concebida de forma bem diferente da que se vinha realizando até aquele momento de simples fiscalização, para assumir o caráter de supervisão (RANGEL, 2001, p. 98).

Delineia-se naquele momento a separação entre a «parte administrativa» e a «parte técnica», da supervisão escolar, condição *sine qua non* para o surgimento da figura do supervisor, distinta do diretor e do inspetor, segundo Nereide Saviani (1981, p. 56), cabe ao diretor parte administrativa e ao supervisor a parte técnica, até aí essa categoria de técnicos

tinha um sentido generalista incorporando as funções de técnico de educação e pedagogo. No final da década de 1960, já no período militar decorrente da ruptura política consumada com golpe de 1964, buscou-se ajustar a educação à nova situação por intermédio das reformas no ensino.

Assim com o Parecer nº 252 de 1969 reformulou-se o Curso de Pedagogia criando-se as habilitações dentro do eixo norteador do curso, prevendo-se então quatro habilitações: administração, inspeção, supervisão e orientação, sendo que, para Saviani este Parecer representou a tentativa mais radical de se profissionalizar a função de supervisor educacional (SAVIANI, 1997, p. 23).

A grande questão que se coloca é que o referido Parecer não define a contento as funções do supervisor, dado que leva a Professora Nereide Saviani em 1981 defender sua dissertação de mestrado com base nessa problemática intitulada “Função técnica e função política do Supervisor em Educação”, procurando definir o universo abrangente que incluía supervisores com atuação diferenciadas, quanto ao grau, ramo, instância de ensino a que se ligasse, para tanto entrevistou supervisores das redes municipal, estadual e particular para chegar às seguintes conclusões:

- ✎ Nem sempre o supervisor se dá conta de que cumpre uma função política na escola;
- ✎ Tampouco tem consciência de qual função é essa, não sabendo explicitá-la;
- ✎ Não gostam da função que exercem.

Assim percebemos que o movimento da Escola Nova orientado pela tecnização do campo pedagógico voltou-se para os fatores internos da instituição escolar: organização e administração do sistema de ensino, qualidade do ensino e novas técnicas de ensino obtidas nos recentes avanços no âmbito da experimentação que segundo Libâneo; Oliveira; Toschi (2007, p. 48) inicia-se a partir da propaganda de novas teorias educacionais originadas dos Estados Unidos e rotulados com a expressão «tecnicismo educacional», que criou força nos anos 70.

É nesse contexto que os cursos de Pedagogia com base nas mudanças advindas das LDBEN nos orientam no sentido de formar um profissional da educação capaz de exercer diferentes atribuições requeridas pelos sistemas de ensino e unidades escolares tendo em vista o seu adequado funcionamento, a luz dessa percepção no final dos anos 1970 se organizou a Primeira Conferência Brasileira de Educação e em 1980 é fundada a Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, que toma como ponto de pauta a discussão sobre a identidade do supervisor educacional.

1.1 A FUNÇÃO SUPERVISORA NO ÂMBITO ESCOLAR

A terminologia «supervisor escolar» ou «supervisor educacional» como alguns teóricos nomeiam será usada por nós desde o título da dissertação a partir do entendimento de que tal função do supervisor é escolar por se destinar a melhoria da qualidade do trabalho na escola que se desenvolve no Brasil a partir de 1970 com a LDBEN 5.692/71 onde se define um caráter de gerenciamento dos sistemas escolares e das escolas tanto na parte administrativa quanto na sala de aula.

O sistema de educação desenvolvido no Brasil está estruturado conforme o modelo clássico de administração (CHIAVENATO, 2005), sendo composto pelos órgãos centrais, Ministério de Educação e Secretarias de Educação, que geralmente formulam os programas e projetos para o desenvolvimento das políticas públicas da administração central, entre elas a administração escolar formada por órgãos centrais e unidades educacionais que compõem a base do sistema.

Ao falar de supervisão escolar, é preciso situá-la ao nível e âmbito de ação a qual se destina assim a supervisão da qual se fala é a que se realiza na escola, formada pela equipe diretiva e docente, com âmbito de ação didática e curricular, embora possa haver outras ingerências da supervisão no âmbito administrativo, pedagógico e de inspeção. Assim ao se estabelecer o conceito de supervisão, é importante esclarecer o seu sentido etimológico formado pelos vocábulos **super** (sobre) mais **visão** (ação de ver), indicando a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer, no seu sentido estrito pode-se dizer que o termo significa olhar o todo, dando ideia de visão global.

É importante destacar que o supervisor escolar faz parte do corpo de professores de qualquer escola e tem a especificidade do seu trabalho caracterizado pela coordenação e organização das atividades didáticas e curriculares além da promoção e estímulo de oportunidades coletivas de estudo. Nesse contexto, podemos inferir que o papel do supervisor está atrelado à gestão da escola como um todo, uma vez que ele busca junto com o professor minimizar as eventuais dificuldades do contexto escolar em relação ao ensino e a aprendizagem dos alunos.

A supervisão escolar é um mecanismo de garantia para execução do que foi planejado, exigindo um profissional preparado para o exercício desta função, visto que ele acaba desempenhando diversas funções dentro da sua função precípua, fato que reflete a sua própria diversidade de conceituação e posição política, pois com a evolução do processo de

ensino e aprendizagem o supervisor passa a trabalhar também com a assessoria ao professor mediando às relações entre este e seus alunos, estabelecendo uma ação pedagógica de parceria para a superação de problemas surgidos no âmbito escolar.

Evidenciamos que são históricos os conceitos sobre a função do supervisor configurado a partir de práticas e paradigmas implícitos em discursos históricos de tempos diversos que legitimam a ideologia de várias épocas, e que se apresentaram necessariamente dominantes em suas temporalidades, atualmente essa profissionalidade é entendida como uma formação em educação, mais precisamente no curso de pedagogia em formação inicial e ou continuada e que sua prática passa necessariamente pela experiência pessoal e profissional adquirida através dos tempos passando por uma opção teorica bem fundamentada, pois como nos diz Vasconcelos (2006), “Ser supervisor não é ser fiscal de professor, não é dedo duro [...] não é pombo-correio [...] não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva vidas [...] não é tapa buraco, não é burocrata [...] não é chefe de gabinete [...] não é um generalista que entende quase nada de quase tudo” (VASCONCELLOS, 2006, p. 86).

Assim, podemos afirmar que a função do supervisor foi sendo construída historicamente conforme a necessidade da sociedade e hoje é delegada a este profissional no exercício de suas atribuições a função de planejar, coordenar, orientar, dialogar, auxiliar, estudar e discutir as problemáticas presentes no dia a dia da escola e, ainda, buscar junto ao coletivo os temas para a formação escolar em serviço.

Tudo isso nos parece por vezes fácil, mas ao mesmo tempo difícil devido à falta de estrutura dos estabelecimentos de ensino, os poucos recursos e principalmente a falta de sensibilidade de alguns profissionais da educação somada ao baixo capital cultural dos alunos e de suas famílias, enfim, uma série de coisas que dificultam o trabalho do supervisor, mas que não o impedem de criar na sua atividade profissional, meios de mudar esta realidade e fazer com que a escola mude sua cara, e se transforme na escola de nossos sonhos.

Como prática formativa a supervisão escolar deve ter como compromisso as orientações da LDBEN nº 9.394/96 que estabelece os princípios de liberdade e solidariedade humana, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, dessa forma deve assegurar a qualidade do ensino e aprendizagem.

Segundo Freire (1993, p. 45),

“[...] o supervisor escolar deve ser questionador, desequilibrador, provocador, animando e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo, tendo função determinante na formação dos educadores, ajudando-o a elevar o seu nível de consciência, passando do senso comum a consciência filosófica ou criando um patamar de senso comum, em termos de abertura de um novo paradigma que se acentua na mudança de uma super-visão para uma outra-visão”.

Entendendo que o papel do supervisor escolar é fundamental no encaminhamento da proposta educacional de qualquer escola na medida em que atua como garantia de execução do que foi planejado anteriormente, esta profissionalização tem que estar ancorada na legislação educacional do país e nas políticas públicas que orientam a sociedade.

1.2 A PROFISSÃO DO SUPERVISOR

A profissão de Supervisor Escolar ou Supervisor Educacional sempre foi carregada de indefinições tanto é que embora este profissional contribua decisivamente para o êxito das práticas educativas no contexto escolar, somente agora neste ano de 2012 através do Projeto de Lei nº 4.106 de 6 de dezembro de 2012, foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura do poder legislativo federal o Parecer sobre a sua regulamentação faltando ainda ser sancionada pela Presidenta da República Dilma Rouseff e posteriormente promulgada pelo Ministro da Educação Aloízio Mercadante.

A escola, como espaço de formação humana, trabalha com o desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos indivíduos possibilitando a construção de melhores formas de ser, fazer e conviver do homem em sociedade. Tais mudanças são possíveis, graças aos profissionais que atuam na escola, colaborando eficazmente para torná-la a escola de qualidade que todos almejam. Sendo assim, o supervisor escolar, é um dos profissionais que contribui diretamente para o sucesso da escola, através de suas observações e intervenções junto a uma equipe de outros profissionais, na busca do desenvolvimento da escola como um todo.

“Atentando para essa responsabilidade é que o supervisor traz consigo, a missão de liderar sua equipe tendo como principal função a de mediador e articulador de todo o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, vislumbramos um profissional que anseia por colocar em prática as teorias apreendidas nos cursos de

formação, mas na maioria das vezes limitado pelo pouco tempo destinado às suas verdadeiras atividades, pois a maior parte deste é direcionado à resolução de questões burocráticas” (GIMENES; MARTINS, 2010, p. 380).

O trabalho do supervisor escolar, portanto, aliena-se diante das reais contribuições que poderiam ser desenvolvidas, por uma série de circunstâncias advindas dos sistemas educativos e das imposições ideológicas postas no espaço escolar, na medida em que ele não só tem como função primeira de fiscalizar, vigiar, mas também buscar orientar o docente na sua prática pedagógica.

Neste sentido, a escola precisa respeitar as diversidades étnico-culturais de cada um de seus integrantes, sejam alunos e ou professores e as secretarias de educação devem organizar equipes de supervisores de ensino para auxiliar as escolas no cumprimento de suas tarefas no contexto educacional objetivando descentralizar suas ações, o que condiz com a atuação supervisora:

“Cabe-se evidenciar que sua função não se reduz apenas a decisões estratégicas de implantação de planos curriculares ou relativos ao processo de ensino e aprendizagem. O supervisor escolar deverá se transformar em supervisor educacional com condições de perceber a realidade contextual e, a partir dela, assessorando os órgãos de decisão em nível de planejamento central da política educacional do País, quer assessorando os órgãos de legislação em educação, redirecionando e redefinindo valores; deverá ser capaz de desenvolver e criar métodos de análise para detectar a realidade e, com isso, gerar estratégias para a ação; deverá ser capaz de desenvolver e adotar esquemas conceituais autônomos e não dependentes, diferentes de muitos que vêm sendo empregados como modelo, pois um modelo de supervisão não serve a todas as realidades” (GIANCATERINO, 2010, p. 98).

A importância do supervisor no âmbito escolar se dá pelo fato de ter um olhar aguçado sobre a realidade a qual está diretamente envolvido e que lhe dá condições de atuar nela, com vistas a otimizar situações permitindo mudanças no ensino e em toda a estrutura da escola, transformando-se numa via de acesso indispensável para o sucesso da educação escolar.

O supervisor escolar desempenha extremo papel de articulador das ideias e mudanças a serem desencadeadas na escola, pois, este profissional precisa estar inserido numa teia de significados que sejam materializados em suas ações, por meio do “desenvolvimento de novas

perspectivas, ideias, opiniões, atitudes, etc.” (LÜCK, 2008, p.21), fazendo com que suas práticas adquiram valor e contribuam para a transformação e alcance de metas positivas na educação escolar.

O supervisor deve estar voltado para um trabalho contínuo na capacitação dos professores apresentando alternativas eficazes e adaptadas a realidade circundante em que estão imersos, para que viabilize um trabalho de qualidade, significativo, na sala de aula.

“A presença do supervisor na escola impõe o redimensionamento da conduta interna dos professores. É o poder disciplinar atuando no interior de cada docente, fazendo com que ele mesmo se autovigie para mostrar produtividade em seu trabalho. Reforçando a autovigilância em cada professor, os efeitos desse poder são bem mais eficazes do que confrontando o supervisor diretamente com os professores. Eis a fórmula maravilhosa: uma estratégia econômica e simples da Supervisão Escolar para ativar continuamente a produtividade dos professores” (LEAL; HENNING, 2009, p. 260)

O supervisor, enquanto tal é um profissional que, desempenhando realmente um papel importante nos processos transformacionais da escola, com medidas estratégicas intervencionistas, uma vez que possui um olhar específico e direcionado ao foco do que se propõe, tanto quanto ao fato de tomar decisões perante o contexto experienciado no dia-a-dia escolar.

“Um novo conteúdo, portanto, se impõe, hoje, para a supervisão educacional; novas relações se estabelecem e novos compromissos desafiam os profissionais da educação a uma outra prática não mais voltada só para a qualidade do trabalho pedagógico e suas rigorosas formas de realização, mas também e, sobremaneira, compromissada com a construção de um novo conhecimento – o conhecimento emancipação –, com as políticas públicas e a administração da educação no âmbito geral” (FERREIRA, 2003, p.237)

Assim, não basta apenas se deixar levar pelas influências impostas pelo sistema como se fossem absolutizações irrevogáveis, pelo contrário, é preciso que a área da supervisão seja ultrapassada do discurso de uma qualidade utópica, transpassando os limites do ideal para fazer acontecer na vida real. Exigem-se do profissional supervisor, novas formas de agir e pensar que fundamente o seu ofício, para que não se perca nesse tão amalgamado percurso percorrido por estes em diferentes proporções.

Infelizmente, os supervisores escolares ainda se defrontam com obstáculos que os impedem de «virar a página», que são as hierarquias a serem respeitadas e seguidas do sistema público escolar, mas é inconcebível também que estes profissionais encontrem escolas pacificadas quando sabemos que estes ambientes são extremamente diversificados sendo necessário a este profissional desenvolver estratégias de valorização dessa diversidade e buscar adequar ao propósito lógico – numa vertente racional – as intervenções necessárias ao pronto desenvolvimento.

Cabe aos supervisores, um repensar de suas práticas, para que assim, venham a evidenciar transformações significativas ao contexto escolar, mudanças essas que extrapolem os muros da escola, e sirvam como suporte para o exercício da cidadania dos diferentes indivíduos a exercerem suas funções nos diferentes espaços sociais.

No que diz respeito à formação do supervisor precisamos ainda da conscientização dos educadores e de sociedade civil escolarizada além da união de todas as peças da engrenagem educacional tanto de forma vertical, quanto horizontal para envolver este profissional na busca de alternativas que amplie seu campo de conhecimento, sendo fundamental a formação em serviço, já prevista na LDBEN, para que este processo se realize é necessário que haja um planejamento seguro de todas as ações, associando-as, incondicionalmente, ao PPP.

O PPP da escola deve deixar transparecer a regulamentação do exercício da profissão de Supervisor Educacional ou Escolar cujo objetivo de trabalho é, segundo a proposição dos especialistas da área,

“[...] articular crítica e construtivamente o processo educacional, motivando a discussão coletiva da Comunidade Escolar acerca da inovação da prática educativa a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos, através de currículos que atendam as reais necessidades da clientela escolar, atuando no âmbito dos sistemas educacionais Federal, Estadual e Municipal, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e em instituições públicas e privadas”
(BRASIL/Projeto de Lei 4.106, 2012).

Para a profissão de Supervisor Escolar ou Supervisor Educacional de acordo com o texto do projeto de lei, precisa ter formação superior em Pedagogia ou pós-graduação em Supervisão Educacional sendo necessário atualmente a mudança do foco da sua atuação, que historicamente esteve voltada a práticas burocráticas, apenas no âmbito administrativo, em detrimento do verdadeiro papel que é de auxiliar e articulador do corpo docente em prol do

processo de ensino e aprendizagem escolar. O supervisor de que se necessita é aquele capaz de estabelecer relação entre a teoria e o senso comum, entre o pensamento dos especialistas e de «homens comuns», favorecendo a elaboração/reelaboração e disseminação desses saberes a todos.

Enfim, tem-se consciência de que o desafio para o profissional da Supervisão Escolar é enorme, exigindo reflexão sobre suas ações para que aconteça no futuro um trabalho construído coletivamente. Não se podem vislumbrar como essas ações afetarão aqueles que são confiados à escola, ou de que forma afetarão todos que rodeiam ou que sonham com a escola mais justa e mais humana só se tem a certeza de que com essa atuação a supervisão contribuirá para a construção de uma sociedade melhor.

Constatamos também que é a partir da identificação das diferentes formas do fazer da escola que se podem desvelar o verdadeiro papel do supervisor. O que se percebe é que sendo a educação um processo, as mudanças não acontecem de forma linear, mas terá que haver todo um complexo de busca, de interpretação de realização de experiência com sucessos e insucessos, mas que se constituem um processo dinâmico e progressivo de crescimento para todos os que de fato se empenham com seriedade, numa ação refletida para uma prática educativa com qualidade. Esperamos que as análises e reflexões desse estudo possam ser uma referência a mais nesse intenso processo de trabalho do supervisor no contexto escolar, buscando estabelecer sempre relações entre a teoria e a prática pedagógica desenvolvida pelos profissionais que fazem a educação de fato acontecer.

A Supervisão Escolar é provida por profissional habilitado para tal e tem como principais atribuições:

- ✎ socializar o saber docente, estimulando a troca de experiências entre os segmentos da comunidade escolar, a discussão e a sistematização da prática pedagógica, viabilizando o trânsito teoria-prática, de forma a qualificar a prática docente;
- ✎ discutir permanentemente o aproveitamento escolar e a prática docente, buscando coletivamente o conhecimento e a compreensão do processo ensino e a aprendizagem e suas dificuldades, problematizando o cotidiano escolar e elaborando propostas de intervenção nessa realidade;
- ✎ assessorar individual e coletivamente o corpo docente no trabalho pedagógico interdisciplinar;

- ✎ coordenar e participar dos Conselhos de Classe, juntamente com o Serviço de Orientação Escolar – SOE, tendo em vista a análise do aproveitamento da turma como um todo e do aluno, levantando alternativas de trabalho e execução;
- ✎ proceder na análise de currículos escolares de alunos transferidos, indicando os procedimentos necessários às adaptações curriculares;
- ✎ assessorar o Conselho Escolar, Direção e professores em assuntos pertinentes à supervisão escolar;

O exercício da profissão em foco é exclusivo dos portadores de diploma de curso superior em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, devidamente registrado e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação, nas modalidades de licenciatura plena em Pedagogia e/ou Habilitação em Supervisão Escolar e de pós-graduação em Supervisão Educacional.

O grande educador Anísio Teixeira, então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, assim escrevia nos idos de 1961 (p. 86), ao constar as mudanças registradas nas instituições escolares:

“[...] da célula da classe, onde está o professor realizando a obra completa de educação, saem as três grandes especialidades da Administração Escolar: o *administrador* da escola, o *supervisor* do ensino e o *orientador* dos alunos. E à medida então que a nossa tarefa aumenta e passamos a ter que educar toda a gente, será este pugilo de homens, a presidir a escola, que irá dar aos professores das classes aquele saber que eles antigamente tinham por si mesmos, as condições necessárias para que possam fazer nas classes o mesmo que faziam antigamente os professores onicompetentes e de longa e contínua experiência. Por conseguinte, se antigamente era o professor a figura principal da escola, hoje num grande sistema escolar, com a complexidade moderna, complexidade que agora chega a atingir a própria Universidade - a escola terá que depender do administrador e de seus *staffs* altamente especializados, que elaborem especificamente todo o conjunto de ensinamentos e de experiências, que antigamente constituía o saber do próprio professor da antiga instituição pequena e reduzida, a que servia com sua longa experiência e sua consumada perícia.”

Em pesquisa recente (2010), que ofereceu subsídios para dissertação de mestrado defendida pela professora Rosângela dos Santos Correa, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, constatou-se que atualmente o trabalho dos supervisores educacionais não está mais restrito às escolas da rede pública e privada de ensino: espalha-se também pelas Secretarias de Educação, pelos Conselhos de Educação e ainda junto aos Conselhos Tutelares

e Ministério Público, o que só faz reiterar a importância de que se regule o exercício profissional de categoria tão relevante para a vida da sociedade.

Ferreira (1999, p.55) nos diz que supervisor é aquele que: “assegura a manutenção de estrutura ou regime de atividades na realização de uma programação/projeto. É uma influência consciente sobre determinado contexto, com a finalidade de ordenar, manter e desenvolver uma programação planejada e projetada coletivamente”.

Assim entendemos a figura do supervisor escolar como parte do corpo docente da escola com a especificidade do seu trabalho que envolve a coordenação das atividades didáticas e curriculares e a promoção e o estímulo de oportunidades coletivas de estudo. Conforme Alarcão (1996, p.87), no contexto brasileiro, a supervisão apresenta-se como uma prática relativamente recente. Remonta aos anos 70 e surgiu no cenário sócio-político-econômico, historicamente com a função de controle do ambiente escolar.

Esta mesma opinião pode ser vista nas palavras de Rangel (2001, p.12) quando diz que: A supervisão passa de escolar, como é frequentemente designada, a pedagógica e caracteriza-se por um trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento de processo ensino-aprendizagem. A sua função continua a ser política, mas é uma função sociopolítica crítica.

Nesta perspectiva, na atualidade pode-se inferir que o papel do supervisor está vinculado à gestão da escola como um todo. Uma vez que ele busca junto com o professor minimizar as eventuais dificuldades do contexto escolar em relação ao ensino-aprendizagem.

Ao falar em supervisão, é preciso situá-la quanto ao nível e ao âmbito de ação. A supervisão da qual se fala neste contexto é a que se realiza na escola, integrada à equipe docente, com âmbito de ação didática e curricular. É preciso, entretanto, reconhecer outros níveis centrais e intermediários da função supervisora, à qual incumbem ações de naturezas pedagógicas, administrativas e de inspeção.

Todavia, são históricos, também os conceitos sobre a função do Supervisor, se configuraram a partir de práticas e paradigmas implícitos em discursos que legitimaram a ideologia, em quase todos os casos, dominante. Como o período da ditadura não é um fato histórico tão distante, muitos ainda não se desvencilharam totalmente de seus efeitos, o que é compreensível quando encontramos entendimentos acerca da Supervisão que remontam ao espírito ditatorial com manifestos numa linguagem e práticas em consonância com termos como fiscalização e inspeção.

A estruturação do Serviço de Supervisão se deu sobre esta ótica, o que hoje levam muitos a confundir aspectos técnicos com administrativos, até porque o contexto que gerou a Supervisão Escolar é decorrente de uma política perpetuadora da estratificação social. “É neste contexto, que emerge a Supervisão Escolar como um meio de controlar o que foi planejado ao nível central” (SILVA, 1987, p.72).

De acordo com Rangel (2001, p.22), em seu início a Supervisão Escolar foi praticada no Brasil em condições que produziam o ofuscamento e não a elaboração da vontade do supervisor. E esse era, exatamente, o objetivo pretendido com a supervisão que se introduzia. Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; um supervisor controlador e também controlado.

Rangel (2001) acredita que, com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), a supervisão educacional foi considerada uma grande aliada do professor na implementação, associada à avaliação crítica, desses parâmetros. Contudo, para que se possa alcançar esse objetivo, é necessário que a supervisão seja vista de uma perspectiva baseada na participação, na cooperação, na integração e na flexibilidade. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de que o supervisor e o professor sejam parceiros, com posições e interlocuções definidas e garantidas na escola.

A questão conceitual é extremamente importante, uma vez que ela determina uma prática, num determinado contexto, em determinada época. Esta ação pode ser restrita ou abrangente, burocrática ou pedagógica, política ou subserviente, alienada ou comprometida. Permite optar por uma ação fundamentada, que, aliás, deve ser a característica de um Supervisor Escolar.

Para efeito de compreensão da trajetória da função do supervisor escolar destacamos no quadro a seguir as características da supervisão através dos tempos.

OS SISTEMAS NACIONAIS DE INSPEÇÃO E/OU SUPERVISÃO ESCOLAR

Modelo de Inspeção Escolar				
Dimensões de análise	Clássico	De controle central	De apoio à escola	Entre pares
Função	Oferecer apoio e exercer controle sobre todas as escolas.	Controla todas as por meio de inspeções completas / abrangentes / integrais (<i>comprehensive</i>)	Forte apoio às escolas com maior necessidade e pouco controle sobre as outras escolas.	Não há inspeção externa. Supervisionado por funcionário e, às vezes, pela comunidade.
Estrutura	Descentralizado, segue a administração educacional.	Centralizado numa autoridade autônoma.	O mais descentralizado possível.	Baseado na escola.
Pontos positivos	Cobre todas as escolas de maneira sistemática. Oferece apoio e exerce controle.	Clara distribuição das tarefas. Pouca burocracia. Torna as escolas responsáveis pela distribuição de tarefas.	Estrutura leve na parte superior do sistema. Serviço flexível: focalizado e adaptado às necessidades das escolas. Libera a inspeção de tarefas administrativas.	Responsabiliza os agentes que podem fazer a diferença. Pouca burocracia.
Pontos negativos	Custoso. Complexidade de coordenação. Burocracia pesada.	Escasso apoio às escolas. Demasiada pressão sobre as escolas e suas autoridades. Um único relatório de inspeção decide sobre o futuro da escola.	Não cobre todas as escolas. Necessita de uma base de dados sólida. Pede mudanças na cultura de supervisão.	Pressão sobre as escolas o que acontece com as escolas mais frágeis? Precisa de um sistema forte de avaliação nacional. Como promover os objetivos da política nacional?
Responsabilização	Principalmente contratual.	Combinação de contratual e pública (mercado).	Mescla entre contratual e profissional.	Mescla de profissional e pública (associativismo).

Tabela 1 Síntese dos pontos positivos e pontos negativos dos modelos de inspeção/supervisão

Fonte: <http://www.iipe-buenosaires.org.ar>

CAPÍTULO II

O CONTEXTO ESCOLAR E O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA

Ao nível da formação superior são recentes as discussões em seminários, encontros acadêmicos e congressos sobre a educação no Brasil, buscando mostrar qual a formação ideal ou necessária do Supervisor Escolar, já se admitindo a sua imprescindibilidade na escola numa demonstração de insatisfação com relação aos modelos formativos vigentes, principalmente nos cursos de licenciatura.

Um dos grandes desafios a serem superadas pelas universidades públicas, e também faculdades privadas, está na formação de Supervisores para os diversos níveis de educação no país, ou seja, na formação de Supervisores que irão atuar no ensino formal, contribuindo para que a educação escolar aconteça com um mínimo de conscientização da cidadania³, no que diz respeito a sua formação técnico-científico-cultural.

No campo institucional de estados e municípios uma das questões fundamentais nessas discussões da formação continuada de Supervisores reside no fato de que, quase sempre, se parte de uma noção simplista de «escola brasileira», para suscitar a afirmação da necessidade de uma «política nacional de formação de Supervisores», no intuito de estabelecer o «perfil profissional» dos mesmos por meio de um arranjo de competências cognitivas e docentes que deveriam ser desenvolvidas pelos cursos formadores. Na prática, trata-se da construção de normas gerais para o estabelecimento do perfil do Supervisor.

No entanto, não existe essa figura individual do profissional da supervisão, este é um indivíduo múltiplo, na medida em que sua área de atuação está em todos os setores da escola e nas situações de ensino e aprendizagem, a ele cabe este olhar de cima, atento e perscrutador do ambiente educativo, só assim a sua função se fará por inteiro.

Desse modo, por um lado, entendemos que a formação desse profissional num país de dimensões continentais e com diferenças econômicas, sociais e culturais acentuada e permeada de especificidade e particularidades, a única política nacional de formação de Supervisores deva ser um referencial com possíveis indicações de rumos, tal como a própria LDBEN (1996) já prevê.

Por outro lado, o problema do perfil do supervisor nas discussões e propostas que surgem em congressos, seminários e outros eventos têm se restringido à caracterização da figura abstrata de um profissional portador de determinadas qualidades como sendo um padrão de formação.

³ Segundo Dalmo Dallari (1998), a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

A partir das perspectivas apontadas acima, as preocupações sobre os caminhos a seguir pela formação inicial e continuada de Supervisores aproximam-se da concepção de que um «bom Supervisor» seria aquele capaz de dominar a «arte de dominar os conhecimentos, práticas e saberes na gestão pedagógica» e concomitantemente ter competência técnica e habilidades para o exercício de sua função.

Diante dessas questões, entendemos a necessidade de: **Analisar como são desenvolvidas as práticas pedagógicas intervencionistas dos supervisores escolares no processo ensino-aprendizagem da Unidade Integrada Municipal João Lobo e Centro de Ensino Eugênio Barros, no município de Caxias-MA.**

Mais especificamente, identificar as práticas intervencionistas desenvolvidas pelos supervisores nas escolas pesquisadas; analisando o que aponta a literatura e os documentos legais acerca da supervisão escolar com as práticas desenvolvidas *in loco* pelos supervisores nas escolas; descrevendo as atividades realizadas pelos supervisores escolares a partir da realidade pesquisada, bem como analisando as contribuições do supervisor escolar no processo ensino-aprendizagem na realidade escolar do município de Caxias-MA.

Compreendemos, previamente, que as propostas de formação continuada de supervisores se encontram um tanto quanto desatualizadas na medida em que, quando se debate as metodologias e estratégias de gestão escolar, não se consegue discernir entre possíveis relações conceituais envolvendo o conhecimento, a administração e os valores acerca da capacidade de administrar e as intervenções no ambiente escolar.

Tal prerrogativa nos reportam as intervenções que são feitas nestas escolas pelos supervisores com a intenção de melhorar a performance educativa dos envolvidos no processo, sejam os alunos, os professores e a equipe gestora.

2.1 A HISTÓRIA DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO ESTADO DO MARANHÃO

A história da supervisão no Estado do Maranhão surge na década de 60 a partir do trabalho desenvolvido por uma equipe de professores do sul e centro oeste do país convidada a colaborar com um Curso de Extensão promovido pela SEDUC para implantar um projeto de supervisão nas escolas da rede pública no Estado do Maranhão.

Após este momento algumas professoras começam a desenvolver suas atividades de Supervisão com resultados satisfatórios levando a oficialização dessa atividade em 1965 através de um convênio entre a antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –

SUDENE/Ministério da Educação e Cultura – MEC/ESTADO DO MARANHÃO, pelo Decreto Executivo nº. 456 de 2 de janeiro de 1965, atendendo às orientações e perspectivas do Modelo de Supervisão Escolar do Estado do Maranhão (SILVA, 2012 em entrevista gravada a investigadora).

Posteriormente no ano de 1967, foram implantados os Centros Regionais de Supervisão Escolar nos municípios maranhenses, responsáveis pela descentralização dos serviços de Supervisão da Secretaria de Educação do Estado.

Em 1971, com a implantação da LDBEN nº 5.692/71, uma nova fase da Supervisão Escolar no Estado do Maranhão se inicia com o encaminhamento de algumas profissionais da educação que atuavam na supervisão escolar para fazerem cursos de especialização na vizinha cidade de Recife com o intuito de prepará-las ao exercício da função, nesse momento por força da LDBEN o Supervisor passa a ser denominado de Coordenador Pedagógico, de acordo com a necessidade de maior aprofundamento pedagógico que a função requeria.

No entanto, esse intuito de descentralização proposto pela LDBEN nº 5.692/71, não acontece na realidade das escolas, pois o momento em que o Brasil atravessava era caracterizado por forte conotação de autoritarismo e de controle político e contribuiu como nos aponta Braga (1999, p.58) “[...] para que a maioria das medidas e decisões ficasse a cargo das Secretarias de Educação, através da Divisão de Supervisão Pedagógica, que exercia o controle total das ações nos complexos escolares e demais escolas”.

Essa situação perdurou até o final da década de 80, quando no ano de 1989 é efetivada a implantação de uma nova estrutura na Supervisão Escolar com a extinção dos complexos escolares e das coordenações das áreas específicas do currículo, exigindo-se a partir daí ao Supervisor a formação em Pedagogia e habilitação em Supervisão escolar.

Neste contexto, a figura do Supervisor Escolar passa a ser vista como um mediador das causas de fracassos e sucessos no ambiente escolar, acompanhando o desenvolvimento dos programas de ensino e o replanejamento da ação didática do processo de ensino e aprendizagem, sempre em busca da melhoria de qualidade da escola, tendo como função precípua sistematizar e divulgar as experiências pedagógicas desenvolvidas na escola.

Conforme Braga (1999), mesmo com algumas mudanças estruturais e organizacionais efetivadas na Secretaria de Educação, a Supervisão Escolar ainda se depara com problemas idênticos aos enfrentados na época de sua implantação, notadamente pela falta de conscientização profissional dos supervisores diante de sua prática.

Encontramos algumas diferenças marcantes no trato da Supervisão Escolar no nível de Estado e de Município, tais como na SEDUC, a equipe de Supervisão Escolar está alocada na capital do Estado, São Luís do Maranhão dentro desse órgão, lugar donde emanam todas as orientações para o exercício de «supervisão escolar», assumidas nos municípios pelos Coordenadores Pedagógicos que acumulam assim a função de Supervisores Escolares.

Já na Secretaria de Educação Municipal – SME a figura do Supervisor Escolar existe no contexto da escola assumindo sua função de forma coletiva com o Coordenador Pedagógico e outros profissionais da educação que atuam na mesma.

Esta dicotomia de funções e ações colegiadas faz a diferença entre o que faz ou deixa de fazer o «Supervisor Escolar» ou o «Coordenador Pedagógico», no âmbito da escola, pois percebemos que na escola municipal a presença do supervisor escolar faz a diferença no processo de ensino e aprendizagem, enquanto na escola da rede estadual o acúmulo de funções contribui para uma baixa atuação do papel do supervisor escolar.

Tal diferenciação certamente ficará mais clarificada quando da análise das funções exercidas pelos supervisores escolares nas escolas investigadas, em outro capítulo dessa dissertação de mestrado. A seguir trataremos dos aspectos metodológicos desse trabalho.

CAPÍTULO III

O *DESIGN* DA INVESTIGAÇÃO E O PERFIL DAS ESCOLAS INVESTIGADAS E DE SEUS AGENTES PROFISSIONAIS

3.1 O *DESIGN* DA INVESTIGAÇÃO

Conforme já anunciado anteriormente esta investigação está situada em duas escolas do Estado do Maranhão que são a – **Unidade Integrada Municipal João Lobo e o Centro de Ensino Eugênio Barros no município de Caxias-MA**, nesse capítulo apresentamos o perfil de cada uma destas escolas, de seus agentes e suas relações, assim como, a concepção e importância da ação supervisora intervencionista nas referidas escolas através do olhar dos seus sujeitos, no caso os professores, gestores e os próprios supervisores, dando destaque aos instrumentos de coleta e análise de dados.

3.1.1 Tipo de pesquisa

Estudar as intervenções do supervisor escolar no âmbito da escola nos remete ao entendimento de que não será possível captar as informações, do tecido social da escola acerca do objeto de investigação, se não estivéssemos implicados no cotidiano escolar, e se não mantivéssemos um diálogo com os sujeitos da pesquisa via entrevista, conversas informais e formais, escuta das informações e olhar atento as descobertas que só foi possível capturar durante o tempo que fixamos atenção ao estudo de caso das escolas **Unidade Integrada Municipal João Lobo e o Centro de Ensino Eugênio Barros no município de Caxias – MA**, para tanto estreitamos ao máximo essa aproximação ao terreno da pesquisa.

Segundo May (2004) os dados não são coletados, mas produzidos, os fatos não existem de forma independente do meio pelo qual são interpretados (p.76). O investigador e os sujeitos da pesquisa, mantêm uma relação estreita nessa construção, pois ambos sofrem mudanças a partir dessa relação que se estabelece no campo. Continuando o autor citado diz que muito das relações sociais existente no contexto pesquisado é imprescindível para entender e explicar as descobertas que fazemos no terreno da investigação.

Para o desenvolvimento deste estudo, pautamo-nos em alguns conceitos de pesquisa qualitativa para que pudéssemos olhar o objeto e sua articulação com o contexto social no qual está imerso. Para Minayo (2010, p.87)

“(...) Pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um olhar visível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado (...) ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos

humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em número”.

Para Marli André (2005, p.39),

“(...) a abordagem qualitativa não aceita que a realidade seja algo externo ao sujeito, corrente idealista-subjetivista que valoriza a maneira própria de entendimento da realidade pelo indivíduo. Em oposição a uma visão empírica de ciência, busca a interpretação, em lugar da mensuração, a descoberta, em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores que estão intimamente relacionados, tornam-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador (...)”.

A abordagem qualitativa inclui vários tipos de pesquisas que aparecem associados com características similares e diferenças: pesquisa etnográfica, estudo de caso, pesquisa participante e pesquisa-ação (ANDRÉ, 2005, p.45)

Neste estudo, nos ocuparemos de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada a um estudo de caso ou de casos na medida em que nos atemos a ação supervisora de duas escolas da rede municipal e estadual do Estado do Maranhão, procurando compreender, descrever ou explorar os acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidas as referidas escolas.

Merriam (1988)⁴ citada por André (2005) em sua obra **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**, ao rever definições de estudo de caso de diferentes autores, conclui que quatro características são essenciais num estudo de caso qualitativo, quer sejam: particularidade, descrição, heurística e indução. A autora conceitua cada uma textualmente:

- i. **Particularidade** – significa que o estudo de caso focaliza uma situação, (...) um fenômeno em particular (...). É, pois, um tipo de estudo para investigar problemas práticos, questões que emergem no dia a dia.
- ii. **Descrição** – significa que o produto final de um estudo de caso, é uma descrição «densa» do fenômeno em estudo;

⁴ MERRIAM, S. Case study research in education: A qualitative approach. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.

- iii. **Heurística** – Significa que os estudos de caso iluminam a compreensão do leitor sobre o fenómeno estudado. Podem revelar a descoberta de novos significados;
- iv. **Indução** – (...) descoberta de novas relações, conceitos, compreensão, mais do que verificação de hipótese pré-definida.

A abordagem qualitativa e o estudo de caso adaptado à investigação em educação afere que o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que procura respostas para o «como?» e o «porquê?», bem como o investigador procura encontrar interações entre fatores relevantes próprios da entidade investigada, uma vez que o objetivo é descrever ou analisar o fenómeno, a que se acessa diretamente. Estudo de caso, com base nas características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos (YIN, 2005)

Da mesma forma, Ponte (2006, p.32) assevera que estudo de caso:

“É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse”.

Para André (2005, p.79), **estudo de caso** enfatiza o conhecimento do particular, que pode ser de uma pessoa ou de uma instituição conforme já mencionado. O estudo de caso pode associar-se a várias técnicas de pesquisa qualitativa como: observação participante, entrevistas, registros em arquivos e artefatos físicos. Não há razão porque o estudo de caso não possa incluir dados quantitativos que podem ser utilizados para obter informações quantitativas, porém, devem ter um tratamento de análise e interpretação para cruzar com outras informações já captadas por outras técnicas (MAY, 2004, p. 92).

Desse modo, buscamos investigar “A supervisão escolar e as intervenções do supervisor no processo de ensino e aprendizagem” de uma forma profunda e global no âmbito das duas escolas citadas anteriormente, dado que nos habilita a considerar o estudo como descritivo, visto que descrevemos a partir de documentação escolar pertinente aos contextos educacionais escolhidos para identificar o trabalho do Supervisor Escolar, bem como o que fazem, porque fazem e como fazem as intervenções para funcionamento das duas instituições tendo como o foco o que ocorre no interior de cada terreno investigado.

3.1.2 Acesso ao campo de investigação

Para Lapassade (2005, p.27), quando se negocia o acesso ao campo, já se está no campo. A relação com as pessoas deve ser negociada e renegociada ao longo da pesquisa e não apenas uma vez. Por sua vez, Minayo, (2010, p. 45), corrobora:

“O trabalho de campo permite aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade. (...) a riqueza desta etapa vai depender da qualidade da fase exploratória (...) todo pesquisador precisa ser um curioso, um perguntador. E essa qualidade deve ser exercido o tempo todo no trabalho de campo, pois este será tanto melhor e mais frutuoso quanto mais o pesquisador for capaz de confrontar suas teorias e suas hipóteses com suas realidades empíricas”.

Cabe ressaltar que as hipóteses de partidas não podem se limitar aos primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa, mas podem ser acrescidas ao curso do trabalho.

A **Unidade Integrada Municipal João Lobo** funciona no centro urbano da cidade é considerada uma escola de porte médio, com salas de aula normais sem grande ventilação e ou iluminação, com ventiladores de teto, carteiras escolares de madeira, quadro de giz, mesa do professor, quadra de esportes pequena (não oficial), cozinha improvisada, além de área livre para passeio e conversas dos alunos no recreio ou horários vagos entre as aulas.

O **Centro de Ensino Eugênio Barros**, está situado no centro urbano da cidade de Caxias-MA, a Rua Coronel Manoel Gonçalves nº 760. A escola iniciou suas atividades pedagógicas funcionando apenas no turno matutino com 05 salas de aula, compreendendo do 1º ao 5º ano do extinto ensino primário, somando um total 169 alunos e 5 professores e um corpo administrativo formado por 01 diretora e alguns técnicos administrativos, posteriormente a escola evoluiu no sentido de aumentar o numero de alunos, professores e funcionários passando a atender em dois turnos atendo ao Ensino Fundamental e Médio.

A comunidade atendida pela escola compreende crianças e jovens oriundos dos mais diversos bairros do entorno. A maioria dos alunos chega à escola a pé ou de bicicleta devido à proximidade da escola e das condições financeiras da própria família destas crianças e jovens de classes pobres e bastante carentes. Esta informação foi obtida a partir de uma conversa informal que tivemos inicialmente com o Gestor Geral e Gestor Adjunto nos primeiros contatos.

3.1.3 Instrumento de coleta e análise de dados.

✓ Observação participante

Parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Para Lapassade (2005), a observação participante constitui um encontro social entre os sujeitos da pesquisa. Minayo (2004) define esta técnica como momento em que pesquisador se coloca como observador (...) na medida do possível participante da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Na opinião da autora, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida modifica esse contexto, pois infere nele, assim como é modificado pessoalmente. Neste trabalho, não tivemos um grau de implicação intensa, no terreno da pesquisa, mas como se trata de um estudo de caso, muitas foram às vezes que estivemos implicadas para colher informações diversas acerca no objeto de estudo deste trabalho.

✓ Entrevista

Lapassade (2005) define entrevista como momento privilegiado em que duas pessoas ficam face a face, momento em que uma conduz a sessão de perguntas, e a outra é convidada a responder. Para Jean Poupart (2008), a entrevista, constitui uma porta de acesso às realidades sociais, apostando na capacidade de entrar em relação com as outras (...) dirigir uma entrevista, é uma arte (...) é um meio adequado para levar uma pessoa a dizer o que pensa, a descrever o que viveu ou o que viu ou aquilo de que foi testemunha.

Aspectos indispensáveis na opinião do autor para conduzir uma entrevista, são:

- i. Obter a colaboração do entrevistado – contribui para que a entrevista seja válida, entendida no sentido de produção de um discurso que seja o mais verdadeiro e o mais aprofundado possível
- ii. Colocar o entrevistado à vontade por elementos de encenação – significa dizer que o entrevistado só chegará a se expressar bem, se estiver verdadeiramente à vontade no ato da entrevista, isto é, pressupõe um ambiente favorável a este ato.
- iii. Ganhar a confiança do entrevistado – não basta convencer uma pessoa a participar da pesquisa, e nem criar um contexto que lhe permita está à vontade na situação da

entrevista. É ainda preciso que ela se sinta suficientemente confiante para aceitar verdadeiramente falar.

- iv. Levar o entrevistado a tomar iniciativa do relato e se envolver – quanto mais o discurso é espontâneo, menos ele poderá ser maculado pelo do pesquisador permitindo assim a aproximação ao ideal pesquisado, o de um discurso verdadeiro.

✓ Questionário

A escolha deste instrumento não invalida a natureza da abordagem qualitativa da pesquisa, a informação coletada com o apoio desta técnica pode contribuir com a complementação e ou comparação das informações em um possível cruzamento de dados. Como todo e qualquer instrumento de pesquisa, o questionário apresenta vantagens e limitações. A vantagem é feita pela sua natureza auto-aplicativa, que é possível atingir o máximo de pessoas mesmo dispersas geograficamente em espaços longínquos, além de implicar em pequenos gastos, garante o anonimato das pessoas. Em alguns casos, os sujeitos da pesquisa pelo fato de estarem sozinhos, diante do questionário, por vezes tendem a ocultar algumas informações que só serão possíveis captar no encontro social entre investigador e investigado, este pode ser um exemplo de limitação na informação. Recomenda-se que as questões sejam apresentadas da melhor maneira possível, uma vez que este instrumento se apresenta sozinho, não contará com a presença nem as habilidades do pesquisador no ato da ação.

A análise das informações foi efetivada pelo viés crítico diante do contexto histórico e cultural em que o objeto de investigação esteve implicado. Nesta investigação, será imperiosa a retomada aos objetivos, às questões de partida e as outras que foram adicionando-se ao contexto investigativo, elementos basilares para auxiliar na organização do relatório. Bardin (1995), diz que a primeira fase é chamada de pré-análise, ou seja, é a fase de organização propriamente dita do material. O pesquisador deverá desenvolver as seguintes fases:

- i. Contato inicial com a mensagem em que se efetiva a análise textual, estrutura narrativa da mensagem, conceitos mais utilizados e a documentação paralela para enriquecimento da análise;
- ii. Realização da análise propriamente dita, onde construímos a tessitura do texto mediatizado pelos dados coletados ao longo do estudo.

Concluímos, portanto que cada informação acerca do objeto submeteu-se à luz dos referenciais teórico do estudo. É preciso ler o texto que se encontra por trás do texto, isto é, à luz da teoria, colher o que não está dito na primeira aparência da informação, descortinar o que está oculto. Ato que só será possível se o investigador desenvolver a capacidade de olhar para além do que está posto no texto. Encontrar na palavra um pretexto como dizia Freire. Foi nesta perspectiva que fizemos uma leitura crítica de como o Supervisor Escolar vem desenvolvendo suas intervenções no contexto educacional com fins de inferir e alcançar a aprendizagem do aluno.

3.2 O UNIVERSO DA PESQUISA

A comunidade onde as referidas escolas estão inseridas possui um perfil de classe média baixa, são moradores pertencentes a categorias profissionais de baixo capital cultural como empregada doméstica, pedreiros, marceneiros, trabalhadores da construção civil, donas de casa, professores e pequenos comerciantes. Existem vários comércios próximos à escola, como por exemplo, bares, padarias, mercadinhos, bazares, frutarias, barbearia, oficinas mecânicas, lojas de variedades, outras escolas e igrejas de várias religiões.

O Bairro possui ruas sem asfalto, mal iluminadas, quase sem fluxo de trânsito com poucas alternativas de mudanças em virtude do descaso por parte das autoridades constituídas, existem muitos moradores em seu entorno vivendo em condições de extrema pobreza, com um grande índice de desemprego e de consumo de bebidas e drogas, o que não foge à característica geral de nossa comunidade.

3.2.1 A Unidade Integrada Municipal João Lobo



Fotografia 1 – Unidade Integrada Municipal João Lobo

A Unidade Integrada Municipal João Lobo, idealizada na administração municipal do Prefeito de Caxias Paulo Celso Fonseca Marinho, foi inaugurada em 14 de abril de 1997, está regularizada no Conselho Municipal de Educação do Maranhão, e tem como objetivo formar crianças e jovens no Ensino Fundamental, a partir da 1º ano ao 9º ano, dando-lhes uma visão de mundo consciente, crítica e transformadora de nossa realidade, conforme aponta seu PPP.

✓ O Patrono

O nome desta Unidade de Ensino é uma homenagem atribuída a João Lobo e Silva, um dos mais importantes personagens da história caxiense. João Lobo nasceu no dia 06 de maio de 1906, em Caxias-MA, filho de Libâneo Pereira de Araújo e Belina Pereira Lobo e Silva. Ingressou muito jovem no Seminário Santo Antônio em São Luís-MA, onde permaneceu durante cinco anos. Acometido de doença infecciosa, voltou à sua cidade natal curou-se e tornou-se proprietário da Casa Matoense, um comércio de secos e molhados que atendia a comunidade local.

Aqui chegando, conheceu uma jovem colinense por nome Helena Sousa, por quem se apaixonou e com quem contraiu matrimônio. Como homem público, deixou contribuições a nossa cidade, foi presidente da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido político com grande destaque na cidade, foi membro da comissão Executiva do Ginásio Caxiense, hoje Colégio Caxiense. Membro fundador da Associação de Assistência e Proteção à Infância, que construiu o Porto de Puericultura Duque de Caxias e o prédio onde atualmente funciona o Hospital Materno Infantil Sinhá Castelo. Membro efetivo da Sociedade São Vicente de Paula, que tem como lema maior “cuidar dos menos favorecidos e principalmente dos idosos”.

João Lobo faleceu no dia 03 de janeiro de 1991, no quarto em que nasceu, na residência onde funcionava a Casa Matoense de propriedade de sua família.

A Unidade Integrada Municipal João Lobo está situada na travessa Bela Vista s/n no bairro Castelo Branco na cidade de Caxias-MA, com um terreno de 4.616,83 m². O mesmo encontra-se em lugar alto, por isso, arejado. A rua é tranqüila, sem muita movimentação de veículos. No ano de sua fundação, 1997, acolheu os alunos do extinto Clube de Mães João Paulo II. Foram atendidos cento e quarenta e quatro alunos (144), sendo vinte e quatro (24) no segundo período, vinte e oito (28) no terceiro período e noventa e dois (92) na primeira série, no diurno. O quadro administrativo e docente era composto de doze (12) funcionários, tendo como diretora geral Maria da Consolação Gonçalves e diretora adjunta Josélia Maria P. Oliveira.

A área construída é de 1.035,31 m², composta por dois pavilhões, onde estão localizadas seis salas de aulas; uma sala de leitura; um laboratório de informática; uma secretaria; uma diretoria; uma sala de professores; um banheiro para professores com sanitário e chuveiro; um banheiro para funcionários com sanitário e chuveiro; dois banheiros para alunos: um masculino e um feminino, ambos com cinco cabines sanitárias; dois banheiros com sanitários e chuveiros na área destinada à futura quadra de esportes; um depósito para materiais de Educação Física; uma cantina; uma dispensa; uma sala de almoxarifado; uma sala do grêmio; pátio coberto para recreação. Além de todas as dependências citadas, a Escola tem espaço para construção de quadras esportivas, estacionamento, hortas e jardins.

Em 1998, foram matriculados nos três turnos no Ensino Fundamental, quatrocentos e sessenta e dois alunos (462). Sendo cento e noventa e quatro (194) alunos no turno matutino, duzentos e vinte e um aluno (221) no turno vespertino e quarenta e sete (47) alunos no noturno. O quadro administrativo e docente aumentou para quarenta e uma (41) pessoas. Neste mesmo ano foi criado o Conselho Escolar (formado por representantes de funcionários,

pais, alunos e comunidade) e a Unidade Executora, Empresa Jurídica com CGC nº 02.544.168/0001-93.

Nessa escola funciona uma Sala de Leitura que tem oferecido à escola uma contribuição singular no âmbito da alfabetização e do desenvolvimento do gosto pela leitura. As atividades desenvolvidas primam pela ludicidade e dinamicidade, tais como dramatizações, oficinas, músicas, teatro, feiras, leituras, produções de textos e tantas outras atividades dirigidas por duas professoras (sendo uma no turno matutino e outra no vespertino) e uma auxiliar de biblioteca.



Fotografia 2 – Feira cultural da Unidade Integrada Municipal João Lobo

O Laboratório de Informática, por sua vez, dispõe de dez (10) computadores e de três professores qualificados distribuídos nos três turnos. Os computadores encontram-se à disposição dos alunos, cuja finalidade é a iniciação à informática.

A Unidade Integrada Municipal João Lobo oferece, desde 2001, o curso de Educação para Jovens e Adultos – EJA, com o objetivo de capacitar os alunos com defasagem idade-série ou que esteja afastado da escola há algum tempo no Ensino Fundamental no I e II Ciclos, a fim de que os mesmos possam ingressar no III e IV Ciclos do ensino regular. Também está em atividade o Projeto Sementinha que atende alunos de 1º e 2º anos com aulas de reforço ministradas por alunas concluintes do curso de Magistério do Centro de Ensino Médio Cônego Aderson Guimarães Júnior.

A Escola conta com a ajuda do Conselho Escolar cujos membros são: Presidente – A. de O. L.; Vice-Presidente – C. C. da C.; Secretária – F. R. R.; Tesoureiro – M. L. C. F.; Conselho Fiscal – D. L. e S., M. das G. S. L., M. das D. A.; Suplente – L. A. dos S., R. M. L.; Conselho Deliberativo – C. C. da C., M. do S. S. S., M. do S. B. P.

Atualmente, a direção geral da escola está a cargo do professor A. de O. L. e da Diretora Adjunta C. C. da C., ambos desenvolvendo uma gestão democrática e harmoniosa, segundo alguns entrevistados, fazendo da escola um ambiente propício para a preparação dos alunos para a vida em sociedade.

✓ **Missão da escola**

A Unidade Integrada Municipal João Lobo, visa desenvolver uma educação de qualidade por meio do trabalho dinâmico e participativo, objetivando a melhoria do processo ensino-aprendizagem, cuja missão é:

- ✎ Formar cidadãos capazes para o exercício tanto de seus direitos e responsabilidades quanto de participação nos processos decisórios e de controle da vida em sociedade.

✓ **Filosofia da escola**

Princípios básicos

- ✎ Formar o homem com e para a vida, que participe na vida pública e seja incorporado no mundo do trabalho.
- ✎ Preparar novas gerações capazes de ler o mundo numa perspectiva crítica, bem como intervir em sua realidade, construindo o novo através dos seus conhecimentos.

Valores humanos

- ✎ Respeito à pluralidade cultural.
- ✎ Criar vínculos de solidariedade e valores éticos e humanos.
- ✎ Promover a cooperação, o respeito e a integração de todos os membros da comunidade escolar.

✓ **Quadro de pessoal docente, discente e administrativo**

A comunidade escolar perfaz um total de cinquenta e um, (51) funcionários: um diretor geral, uma diretora adjunta, duas supervisoras pedagógicas, uma coordenadora pedagógica, vinte e nove professores, uma secretária, três auxiliares administrativos, uma merendeira, nove auxiliares de serviços gerais, dois auxiliares de biblioteca e três agentes de portaria e vigilância distribuídos nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

Dados dos discentes

Atualmente a Unidade Integrada Municipal João Lobo atende quatrocentos e vinte e oito alunos nos cursos de Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano do ensino fundamental nos turnos matutino, vespertino e noturno; e o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. A distribuição das matrículas é: quarenta e oito alunos na 1º ano; vinte e nove na 2º ano; vinte e oito na 3º ano; vinte e oito na 4º ano; noventa na 5º ano; sessenta na 6º ano; quarenta e oito na 7º ano; cinquenta e sete na 8º ano e setenta e sete no 9º ano; e quarenta na Educação de Jovens e Adultos.

Dados dos docentes

Os professores da Unidade Integrada Municipal João Lobo, em sua maioria possuem formação de nível superior num total de 62%, 36% possuem apenas o Curso Normal ou 4º ano de Estudos Adicionais, 1% possui pós-graduação incompleta, 1% possui pós-graduação completa.

Dados do pessoal administrativo

O pessoal administrativo é composto por vinte e dois (22) funcionários sendo que 56% possuem ensino fundamental; 11% possuem ensino médio; 11% possuem graduação incompleta; 11% possuem graduação; 11% possuem pós-graduação.

✓ **Diagnóstico**

A Unidade Integrada Municipal João Lobo, ao longo dos anos, vem oferecendo uma educação de qualidade conforme o que consta em seu PPP, proporcionando ao educando uma integração maior no seu meio sociocultural, como agente crítico e atuante nas decisões coletivas que possibilitam as transformações de sua realidade. Todavia, o trabalho da equipe supervisora provoca o estudo e a reflexão sobre problemas reais que surgem diariamente no interior da escola. A comunidade escolar realizou, em clima de diálogo e liberdade de expressão, o levantamento das dificuldades encontradas no interior da escola, retratando, assim, o perfil da escola que temos.

As dificuldades são:

- ✎ Falta de professores do início do ano letivo;
- ✎ Material didático insuficiente;
- ✎ Alguns professores desinteressados com a formação continuada;
- ✎ Ausência de alguns pais nas reuniões pedagógicas, que tem o objetivo de melhorar o processo educativo;
- ✎ Alunos com sentimento de rejeição e desajuste familiar;
- ✎ Recursos financeiros insuficientes;
- ✎ Falta de espaço físico adequado para o exercício de esportes e educação física;
- ✎ Desconforto em sala de aula pela pouca iluminação elétrica, carteiras e ventiladores insuficientes;
- ✎ Agressividade entre alunos;
- ✎ Pouca integração entre professores no que diz respeito ao trabalho interdisciplinar e relacionamento pessoal, nos três turnos de funcionamento da escola

Segundo o PPP, a escola deve ter as seguintes prioridades:

- ✎ Planejamento por área e reuniões periódicas de toda a equipe pedagógica, refletindo sobre as ações, detectando os problemas, buscando soluções e mudanças, tais como: redução dos índices de reprovação e da evasão escolar, maior participação dos pais ou responsáveis e da própria comunidade nas atividades escolares.

- ✎ Construção de um ambiente de unidade e comunhão, em que os pais, professores e da própria comunidade nas atividades escolares.
- ✎ A escola deve organizar-se democraticamente com compreensão e apoio da Direção, de forma que os alunos saibam discernir o verdadeiro sentido entre democracia, liberdade e autoridade.
- ✎ O trabalho pedagógico deve priorizar o companheirismo, a disciplina na sala de aula, a fraternidade, o diálogo, a cordialidade e o respeito mútuo.
- ✎ Implantação das disciplinas Filosofia e Inglês de 1º a 9º série.
- ✎ Curso de capacitação em Informática para os professores.
- ✎ O relacionamento interpessoal entre os membros da Escola deve ser baseado nos princípios de saber ouvir, criticar positivamente, participar das dificuldades dos alunos, ser flexível em aceitar e compartilhar as idéias com os outros, estar disponível para ajudar, demonstrar sinceridade.
- ✎ A direção e professores se posicionam para superar esses limites, com mecanismos de ajuda e apoio, promoção de encontros, eventos que favoreçam a integração dos professores; divulgação dos trabalhos dos colegas em quadro de avisos, murais, conversas, pequenos passeios, lazer na própria escola, planejamento mais participativo, promoção de eventos culturais que visem a interdisciplinaridade.

✓ **Ações técnico-pedagógicas**

Segundo depoimentos coletados junto a supervisão escolar, as ações pedagógicas na escola são implementadas para melhor atender as necessidades dos alunos e dos professores, buscando meios e metodologias que facilitem o processo educativo, tornando-o mais dinâmico, participativo e coerente com as reais aspirações da comunidade.

Como progresso para a escola, as Supervisoras Escolares trabalham para a execução do trabalho técnico-pedagógico, com objetivo de:

1. Implantar os Projetos: Escola interativa e Escola x Família;
2. Redução do índice de reprovação e evasão escolar em pelo menos 90%;
3. Capacitação e valorização do professor;
4. Estimular a inovação e melhoria do processo educacional;
5. Acompanhar os alunos com problemas de rejeição e desajuste familiar;

6. Integração escola e comunidade;
7. Encontros periódicos com pais, alunos, professores e diretores;
8. Atuação do colegiado escolar;
9. Implantação de projetos que otimize a disciplina intra-escolar;
10. Colocar em prática nas atividades extraclasse os temas transversais segundo os PCN.

As metas propostas são efetivadas conforme PPP em vigor a partir de uma visão crítica, buscando promover a participação de todos, nos momentos de planejamento, realização e avaliação do processo educativo, bem como dos projetos intervencionistas planejados para promover a socialização dos saberes na escola, conforme podemos observar nos **Anexos** dessa dissertação.

✓ **Avaliação do projeto político-pedagógico**

O PPP da Unidade Integrada Municipal João Lobo foi desenvolvido para durar de dois a 10 anos, sendo avaliado anualmente e desdobrado em planos de curto prazo.

A avaliação dos alunos é feita bimestralmente e da escola é feita após a realização dos planos anuais, o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, e o Plano de Ação em conjunto com a Coordenação Pedagógica, onde estão estabelecidas datas para a avaliação de curto prazo, observando o desenvolvimento global ou setorial da escola.

Todos os segmentos da Escola: diretores, professores, pais ou responsáveis, coordenador pedagógico, alunos e demais servidores são responsáveis pela implantação e avaliação do Projeto, cabendo a cada um, no final do biênio, a avaliação da evolução da Escola.

3.2.2 O Centro de Ensino Eugênio Barros

Aos dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, foi fundado o Grupo Escolar Governador Eugênio Barros, denominação que homenageou o então Governador do Estado do Maranhão, Sr. Eugênio Barros.

Localizada no perímetro urbano da cidade de Caxias-MA, situa-se a rua Cel. Manoel Gonçalves, 760. CEP: 65.600-010. A escola iniciou suas atividades pedagógicas funcionando apenas no turno matutino com 05 salas, compreendendo do 1º ao 5º ano do extinto Ensino

Primário, somando um total de 169 alunos e 05 professoras. O corpo administrativo constava então com 01 diretora, professora Jacyra Gonçalves Villanova, a qual permaneceu no cargo até 1970.



Fotografia 3 – Centro de Ensino Eugênio Barros

A partir de 1961, a escola passou a ser administrada por duas diretoras, as professoras, Jacyra Gonçalves Villanova, no turno matutino, até 1970 e Maria José Barros Pereira, no turno Vespertino, até 1963, foi sucedida pela professora Teresinha de Jesus Pereira Carvalho. No ano de 1971, aposentou-se com mérito a professora Jacyra Gonçalves Villanova e para ocupar o cargo de diretora do turno matutino da referida professora, foi nomeada a professora Teresinha de Jesus Guimarães. Tal situação permaneceu até 1984, quando houve mudanças na política educacional, referente à direção das escolas, que passaram a ter um diretor geral e outro adjunto.

No ano de 1986, foi nomeada diretora geral para a já denominada Unidade Escolar Eugênio Barros, a professora Teresinha de Jesus Pereira Carvalho, a qual desempenhou suas funções no cargo até 1988.

Em seu pleito a diretora geral fez evoluir os horizontes político-pedagógicos da escola, implantado em 1985 a Pré-escola, em 1986 o Ensino Supletivo no turno noturno e ampliou o já transformado Ensino primário, 1º grau, quando a escola passou a constar tanto

do 1º Grau maior (iniciante com a 5ª e 6ª série), seguindo um nível evolutivo até alcançar os objetivos desejados que eram primordialmente formar o 1º grau completo em 1988.

No período de 1987 a 1991, sob o mesmo sistema de nomeação a professora Dayse Maria Carvalho Veras, assumiu a direção da escola, contando com novas reformas administrativas, a escola passou a integrar um novo quadro, obtendo apoio com 01 diretora adjunta, a professora Maria da Luz Primo Mesquita e com 01 secretária, a professora Maria dos Remédios Soares e Silva.

Em 1992, a fim de ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores com valiosas pretensões de defender os interesses de sua classe, a professora Dayse Maria Carvalho Veras, pediu exoneração do cargo de diretora, o qual foi respondido pela então adjunta até 1993, quando foi nomeada a professora Maria das Graças de Sousa Nunes para o cargo de Diretora Geral até maio de 2008 e a funcionária Hilda Fátima Sousa de Oliveira para o cargo de Diretora adjunta, a qual permaneceu por seis meses sendo exonerada por não pertencer ao quadro de professores da escola, um dos requisitos obrigatórios para a execução do cargo, sendo a mesma substituída pela professora Maria da Graça Silva.

Em 2000, por decisão da Gerência de Desenvolvimento Regional de Caxias em conjunto com a Diretora de Educação de Caxias, passa a funcionar no turno matutino somente o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, sendo duas turmas de cada série, com total de 235 alunos devidamente matriculados, e nos turnos vespertino e noturno, funcionando com o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª séries, obedecendo o mesmo sistema, ou seja, duas turmas por série, no turno vespertino com 288 alunos e no turno noturno com 274, perfazendo um total de 797 alunos.

A partir de 2002 a escola foi gradativamente excluindo de sua estrutura o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e incluindo o Ensino Médio, o qual recebeu a denominação de Centro de Ensino Fundamental e Médio Eugênio Barros.

Em 2007 por determinação da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão a escola passou a ser denominada de Centro de Ensino Eugênio de Barros, funcionando com 810 alunos sendo 277 de Ensino Fundamental e 533 de Ensino Médio.

O Centro de Ensino Eugênio Barros possui um quadro de professores comprometidos com a educação, que desempenha suas funções com bastante eficiência e responsabilidade, possuindo formação necessária para o exercício de sua profissão conforme quadro – perfil do professor.

✓ Identificação do funcionamento da escola

Sua estrutura física constitui-se de oito salas de aula, uma diretoria, um laboratório de informática, uma biblioteca, um auditório, um laboratório de ciências, uma sala de professores, cozinha, quadra, dois depósitos, oito banheiros para alunos e dois para professores e funcionários, um para diretoria. Vale ressaltar que a estrutura física da escola foi reformada e adaptada em 2010 buscando oferecer uma melhor qualidade de trabalho à comunidade escolar.

Quanto aos indicadores do processo avaliativo nesta escola encontramos os seguintes resultados:

INDICADORES	SÉRIE								
	5ª	6ª	7ª	8ª	GERAL	1º	2º	3º	GERAL
Nº de alunos matriculados	37	71	67	10		272	156	132	560
Índice de aprovação	82,05%	82,85%	83,07%	79,79%		71,98%	82,05%	96,24%	79,37%
Índice de reprovação	15,38%	11,42%	13,84%	18,18%		7%	4,48%	0,75%	4,74%
Índice de evasão	2,56%	5,63%	3,07%	0,02%		21,02%	17,30%	3%	15,87%
Transferidos	04	01	02	04		14	04	02	20

Tabela 2 – Estatística do desempenho acadêmico da escola em 2010/2011: Ensino Fundamental e Médio

Fonte: Centro de Ensino Eugênio Barros

Conforme quadro acima as disciplinas que tiveram os índices mais baixos de desempenho em 2010/2011 foram Língua Portuguesa e Matemática. Entre os indicadores desses baixos índices nesses componentes curriculares, constataram-se dificuldades na leitura, na escrita e no cálculo, desinteresse pela participação, execução e entrega das tarefas e, principalmente, desestímulo das habilidades mentais superiores, tais como: conhecimento, compreensão, estabelecimento de relações, entre outras.

Os referidos indicadores permitem fornecer informações sobre os principais problemas do processo ensino e aprendizagem enfrentados pelo Centro de Ensino Eugênio Barros. A saber:

- a) Ausência da família e da comunidade;
- b) Presença de alunos com distorção idade/série;
- c) Alunos carentes e sem embasamento teórico;

- d) Falta de uniformidade na definição das experiências a serem vivenciadas pelos alunos;
- e) Falta de compromisso dos integrantes;
- f) Carência de cursos de autoestima;
- g) Atividades coletivas.

Como forma de intervir na realidade detectada e superar os problemas que vêm interferindo no desenvolvimento da prática educativa, foram delineadas algumas ações pela supervisão escolar/coordenação no sentido de minimizar o impacto desses problemas no cotidiano escolar. Entre elas, podemos enumerar as seguintes:

- a) Criação de horários de orientação aos discentes;
- b) Formação do Círculo de pais;
- c) Otimização da prática de planejamento das ações pedagógicas e administrativas da escola;
- d) Dinamização do Conselho Escolar.

Dentre todas estas ações intervencionistas a que menos surtiu efeito segundo depoimento da supervisão foi o “Círculo dos pais”, visto que os mesmos ainda não se conscientizaram de que a escola não é um “deposito dos alunos” e sim um lugar a mais para cuidar da educação dos mesmos e assim a presença deles na escola em muito contribui para a melhoria do processo educativo.

✓ **Estrutura organizacional**

No que diz respeito ao corpo docente do Centro de Ensino Eugênio Barros, podemos destacar o nível de escolaridade. 100% possui Curso de Licenciatura Plena, dado que se percebe nos resultados da aprendizagem, obtidos a cada ano, pois ao observar os mapas de avaliação da escola, deparamo-nos um baixo índice de reprovação e ou evasão, muito embora não seja nosso objeto de estudo aprofundar nessa discussão, destacamos este resultado como relevante no processo educativo como um todo, certamente este dado é resultante da ação intervencionistas da supervisão/coordenação pedagógica da escola.

O **Diretor Geral** da escola tem atribuições para desenvolver a função administrativa e pedagógica no ambiente escola, seu trabalho é assessorado pelo **Secretário** legalmente responsável pela secretaria e serviços burocráticos da escola, além dos outros funcionários relacionados abaixo:

Nome	Qualificação						Cargo/Função	Área de formação acadêmica
	EM		ES		PG			
	C	I	C	I	C	I		
J. S. R. de F.			X				Gestora	Lic. Em Matemática
L. M. S. A.			X				Gestora adjunta	Letras – Esp. em Literatura Brasileira
Vera Lúcia	X						Secretaria	Ensino Médio
A. M. S. S.					X		Professora	Lic. Letras/Esp. em Língua Inglesa
A. de O.					X		Professor	Lic. Em Química
R. N. S. S.								Lic. Letras/Esp. em Língua Portuguesa
M. da G. C. F.								Lic. Em Pedagogia
E. S. D.							Professora	Lic. Em História
A. L. D. I.					X			Lic. Geografia/Esp. Turismo Ambiente e Sustentabilidade
J. M. de C. S.					X			
E. X. R. N.					X		Professor	Lic. História/Mestrado Políticas Públicas
E. de J. M. C.			X					Engenharia Eletricista com estudos de métodos aplicados a Física
E. S.					X		Professora	Lic. Química/Esp. Avaliação Educacional
E. M. R. R.					X			Lic. Biologia
J. de R. V. C.					X		Professor	Lic. Matemática/Mestre em Educação Matemática
F. de A. B. da S.					X			Lic. Em Matemática
G. T. A.					X			Lic. Em Biologia/Esp. Educação Ambiental
J. R. J.					X			Lic. Em Geografia/Esp. Pesq. Ens. Geografia
L. de M. S. C.					X		Professora	Lic. Em Letras
R. dos S. P. L.								Lic. Em Educação Física
J. R. C.							Professor	Lic. Em Matemática
L. S. L.			X				Professora	Pedagogia
M. V. M. B.			X				Professor	Lic. Em Sociologia
B. L. N.								Lic. Em Biologia
M. de F. A. da S.			X				Professora	Lic. Letras
M. do S. dos A. M.					X			Lic. Letras/Esp. em

								Língua Inglesa
M. A. T.					X		Coordenadora	Lic. Letras/Mestrado em Ciências da Educação
M. E. C. M.					X		Professora	Pedagogia/Esp. Metodologia do Ens. Superior
M. das G. S. O.			X					Filosofia
O. N. A.			X				Professor	Lic. Matemática
P. J. R. da S.					X			Lic. Física
R. C. M.			X				Professora	Lic. Pedagogia e Matemática
R. V. T.					X			Lic. Letras/Esp. em Língua Inglesa
S. M. B. C.					X			Lic. Em Matemática/Esp. em Matemática
S. A. L. de S.			X					Lic. Em Ciências Biológicas
V. C. de A.			X				Instrutora	Administração
D. A. F. M.			X				Professor	Química
J. de A. C. Silva				X			Tradutora	Lic. Letras Inglês/Esp. em Libras
R. N. S.			X				Professor	Lic. Matemática

Tabela 3 – Profissionais do Centro de Ensino Eugênio Barros

LEGENDA:

EM: Ensino Médio

C: Completo

ES: Ensino Superior

I: Incompleto

POS: Pós-graduação

✓ Missão da escola

Cada vez torna-se necessário a definição de valores que fundamentam as ideias básicas com as quais a escola direciona seu trabalho. Segundo as convicções e crenças básicas que permeiam o meio escolar, todas as ações e relações entre todos os segmentos estão baseados nos seguintes valores:

1. **Excelência:** prestação de uma educação de qualidade à comunidade;
2. **Participação:** valorização de todos que compõem a comunidade escolar, buscando a unidade de pensamentos e ações;

3. Transparência: busca de uma comunicação clara e objetiva.

Tendo em vista atender aos valores acima citados, a comunidade escolar delineou como **Missão Escolar** a formação de cidadãos críticos e conscientes e, suscitando a participação democrática, fatores determinantes a contemplar os desafios do mundo contemporâneo.

✓ **Objetivos Gerais do Ensino Fundamental de Acordo com a Proposta Curricular do Estado do Maranhão**

- ✎ Expressar-se de forma crítica, responsável, construtiva e ética em diferentes situações sociais, respeitando o pluralismo de ideias e as diferenças culturais;
- ✎ Compreender fatos, conceitos e princípios das diversas ciências, utilizando os conhecimentos adquiridos como instrumental de interpretação e reflexão crítica pela realidade;
- ✎ Usar diferentes linguagens – verbal, matemática, artística e corporal – como instrumento de expressão, informação e comunicação em diferentes contextos de relações sociais;
- ✎ Usar diferentes fontes de informações e tecnologias para se apropriar e construir novos conhecimentos;
- ✎ Compreender o processo histórico de formação da sociedade brasileira, percebendo as relações das características físicas, sociais, culturais e políticas e seus significados na construção da diversidade cultural, e da identidade nacional e pessoal;
- ✎ Realizar comparações dos aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais existentes entre diversas nações, percebendo diferenças de estágios de desenvolvimento, de identidades nacionais e a pluralidade dos patrimônios sócio-culturais;
- ✎ Compreender a saúde como direito de todos e sua relevância no desenvolvimento humano, valorizando o cuidado com o próprio corpo, adotando comportamentos preventivos e hábitos saudáveis de vida individual e coletiva;
- ✎ Compreender a formação de sua identidade pessoal como processo que se constrói na interação do indivíduo com grupos sociais e com ambiente físico e social;

- ✎ Formular problemas sobre a realidade natural, cultural, econômico, social e político, tentando resolver mediante levantamento, análise, interpretação de dados, com auxílio da intuição, do pensamento lógico, da criatividade e da crítica.

Para por em ação os objetivos do Ensino Fundamental necessário se faz a intervenção do supervisor escolar, pois cabe a esse profissional da educação desenvolver estratégias educativas que venham a contribuir com a formação cidadã dos alunos bem como ajuda-los a conviver nesse mundo globalizado respeitando seus semelhantes e principalmente respeitando a natureza. Ao entrarmos nas escolas investigadas encontramos registros fotográficos de várias ações orientadas pela supervisão no sentido de estimular o aprender a ser, a conviver e o aprender a aprender a partir da interação entre os sujeitos do processo educativo, conforme nos aponta Delors (2001) na sua obra Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.



Fotografia 4 – Algumas ações de intervenção na escola

✓ Objetivos do Ensino Médio

De forma a unificar as diretrizes curriculares do Ensino Médio, optou-se pelos objetivos definidos pelos Referencias Curriculares do Estado do Maranhão a saber:

- ✎ Aprofundar e ressignificar o conhecimento escolar por meio da contextualização e interdisciplinaridade;
- ✎ Estimular a formação continuada de toda a comunidade escolar;
- ✎ Desenvolver competências básicas, priorizando a ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

O presente capítulo apresentou informações acerca do contexto sócio-cultural, documental, organizacional e pedagógico das duas escolas onde se efetivou o estudo. Aborda ainda, quadro nominal dos profissionais do contexto com as respectivas formações, além do resultado do rendimento escolar dos alunos. Em seguida, faz-se uma análise das ações interventivas das duas escolas mencionadas bem como das informações colhidas no terreno da investigação.

Sugestões metodológicas para o Ensino Médio

- a) Utilização de recursos didáticos com objetivos específicos, para maior conscientização dos discentes;
- b) Adotar critérios de eficácia no planejamento escolar;
- c) Desenvolver mecanismo de acompanhamento aos discentes;
- d) Estimular a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem;
- e) Elaboração de boletins informativos das atividades escolares.

✓ Proposta curricular

Há hoje no Brasil um esforço para buscar o regime de cooperação entre União, Estado e Municípios com a finalidade de superar a existência de redes paralelas e desarticuladas, a fragmentação da administração e a má qualidade do ensino daí decorrente.

Apesar de que seja o município o responsável por organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos sistemas de ensino deve-se ter em mente que a responsabilidade pelas escolas públicas que ministram a educação básica é do sistema público de educação como um todo.

Para tanto, é necessário um acordo entre as partes interessadas que garanta às escolas as condições indispensáveis para que elabore e implante uma proposta educacional prática e clara, dando-lhes autonomia, na qual se deve inserir um plano curricular voltado para

articulação entre os vários aspectos da vida cidadã a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio-ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura, as linguagens, e as áreas de conhecimento, tendo como fundamentação o que indica a LDBEN, no artigo 26: “Uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características”.

Para que uma proposta curricular deve constituir-se em uma comunicação de intenções, princípios e diretrizes consideradas essenciais para o desenvolvimento das atividades, oferecendo informações sobre o que ensinar, como e quando ensinar e como avaliar, é necessário que haja a intervenção do supervisor escolar, profissional que estará sempre atento a relação ensino e aprendizagem bem como as interações pessoais que contribuem para o bom andamento do processo educativo.

De comum acordo com as exigências legais do Ministério da Educação e Desporto - MEC, procuramos utilizar as informações oriundas dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN como também na Proposta Curricular do Estado do Maranhão, como referência na elaboração dessa dissertação no sentido de perceber como o profissional da supervisão é importante no ambiente escolar.

Proposta para avaliação

Como método avaliativo, as escolas investigadas utilizam na maioria das vezes a avaliação semestral pautada nos conteúdos ministrados com ênfase nos resultados numéricos ou quantitativos de aproveitamento do aluno muito embora no PPP sempre apareça este processo avaliativo como – avaliação formativa, ou seja, com ênfase nas questões qualitativas, onde os problemas do aluno sejam em desenvolver habilidades e competências que deverão ser adquiridas em sala de aula ou na sua interação com seus pares sejam trabalhadas de modo paralelo, a fim de que os mesmos tomem consciência crítica de sua atuação no processo ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES INTERVENCIONISTAS DOS SUPERVISORES NAS ESCOLAS INVESTIGADAS

Para compreender o que pensam os professores e supervisores das escolas investigadas sobre a supervisão escolar e sua importância no processo de ensino e aprendizagem bem como sua intervenção no ambiente escolar como um todo tivemos respostas bastante interessantes para uma reflexão pontual sobre essa problemática.

Questionados sobre a importância da supervisão escolar para a escola, os diretores ressaltaram que a importância do trabalho da supervisão para a escola é determinante embora destaquemos que a ação da supervisão nas escolas do município é diferente da que acontece nas escolas da rede estadual.

Durante as entrevistas a direção das escolas e os supervisores destacaram que é responsabilidade do supervisor o acompanhamento do trabalho dos professores, a vistoria dos diários de classe, o assessoramento de algumas atividades de direção, trabalho disciplinar junto aos alunos com problemas de ajustamento às normas da escola, acompanhamento dos planos de aula dos professores, propostas de estudos e seminários, organização de algumas festividades da escola, acompanhamento de alunos com problemas de déficit de aprendizagem e outros que possam surgir no decorrer do ano letivo.

Existe unanimidade entre os questionados quando afirmam que o acompanhamento aos alunos que têm dificuldade em aprender e aqueles que não querem respeitar as normas da escola são responsabilidades da supervisão, como também o trabalho de acompanhamento aos professores. Fazendo a vistoria das cadernetas e dos planos de aula, ouvimos da coordenação Pedagógica que “tem professor que leva a caderneta escondida dentro da camisa só para não ser vistoriada e depois ainda desafia a gente, dizendo que quer ver quem é que vai tirar ele da escola”. No que diz respeito ao CE Eugênio de Barros, a diretora adjunta relata que,

“A Supervisora é uma ótima supervisora e seu trabalho é muito importante para a escola. Ela acompanha as aulas, os alunos e ainda organiza as cadernetas dos professores, além de colaborar com a escola propondo cursos, palestras, seminários...é uma ótima funcionária”
(Diretora-adjunta).

Entendemos nessa fala que a supervisão é imprescindível, notadamente na formação dos professores e na implantação e agilidade dos programas que chegam até a escola oferecida pela SEDUC, bem como, no acompanhamento dos alunos indisciplinados, com alguma dificuldade de aprendizado ou com problemas psicológicos, porém, mais uma vez, os professores são citados como principal entrave para uma boa condução dos trabalhos de supervisão.

“Se formos analisar o trabalho da supervisão vamos ver o quanto ele é importante para o engrandecimento da escola, fazendo uma ligação entre a escola e a secretaria, principalmente fazendo os programas andarem. Sua contribuição para a melhora das dificuldades que os alunos apresentam é muito boa, ela fica com os alunos que os professores colocam fora da sala, tanto com problema de aprendizagem como com indisciplina. O mais difícil é fazer os professores acompanharem suas propostas e suas recomendações, no mais ela faz tudo muito bem” (Diretora-adjunta).

Um olhar crítico sobre os discursos dos diretores a respeito da importância do papel desempenhado pela Supervisão na escola leva-nos a perceber uma visão estritamente técnica, onde o Supervisor é concebido como um profissional responsável pela fiscalização do trabalho dos professores, pelo acompanhamento e solução das dificuldades dos alunos em adaptarem-se às normas e determinações da escola e em sala de aula, pela organização de eventos, acompanhamento de programas e outras atividades da escola (FERREIRA, 1999).

4.1 CONCEPÇÃO DO TRABALHO DO SUPERVISOR PELA SUPERVISÃO

Num segundo momento de nossa investigação, passamos a conversar com a Supervisora da escola, graduada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, lembrando que de forma *sui generis* a referida Supervisora acumula a função de Coordenadora Pedagógica.

Ao investigarmos sobre as funções e competências do Supervisor na escola, a Supervisora destacou que entre as competências mais relevantes estão o estabelecimento do sistema pedagógico a ser adotado pela escola, juntamente com a direção; análise, avaliação e acompanhamento dos planos de curso e suas aplicações; observação e acompanhamento da prática dos professores, nos aspectos que dificultam as atividades escolares; realização de reunião com os professores; sugestão e estimulação para realização de experiências educacionais; assistência pedagógica/metodológica aos professores; divulgação, junto aos alunos e familiares, das sistemáticas de avaliação e promoção adotada pela escola; participação nos conselhos de classe e escolares; acompanhamento do desenvolvimento do planejamento e sequência didático-pedagógica do ensino e supervisionar a elaboração de textos, provas e demais instrumentos de avaliação da escola.

Ciente das dificuldades para operacionalização destas competências, uma das Supervisoras que trabalha há 05 anos na escola e tem dez anos de formação e outra que está

há 06 anos na escola e tem também dez anos de formação com especialização Sociologia afirmaram que, na maioria das vezes, os professores somente as procuram para apresentar alunos com dificuldade de aprendizagem ou de ajustamento às normas da escola, solicitando o seu acompanhamento, através de conversas com este aluno. Assim, uma das Supervisoras se expressa:

“É muito difícil desenvolver o trabalho de supervisão na escola, desenvolver todas as atividades que temos em mente, além de nossas atribuições em acompanhar as atividades pedagógicas e propor novidades. Os professores não me procuram e quando o fazem é para trazer um aluno que está dando trabalho ou que não consegue aprender seu assunto. Nem mesmo querem discutir comigo o que foi que aconteceu para o aluno estar com dificuldade, ou seja, nunca assume que a culpa pode ser seu método de ensino, nem convida para eu acompanhar ou assistir o aluno durante suas aulas, tem que ser em outro local fora da sala de aula. Assim ninguém consegue desenvolver um bom trabalho”.

Fica evidente, através da fala das duas Supervisoras, a falta de um trabalho coletivo em busca de superação das dificuldades e na implantação de uma prática pedagógica democrática.

Como proposta de operacionalização das competências de sua função, a Supervisora do turno matutino diz que a função da supervisão é orientar e coordenar as atividades pedagógicas da escola, além de participar do que ocorre durante todo o período letivo, somente assim o trabalho do supervisor poderá contribuir para melhorar o ambiente escolar, através de ações pedagógicas e projetos (em anexo alguns projetos desenvolvido na escola sob a orientação da Coordenação Pedagógica que também exerce o trabalho de supervisão) que venham contribuir com a melhoria de qualidade da escola.

Quando questionada sobre o perfil ideal do supervisor escolar a mesma diz que este deve ser um profissional comprometido com a educação, que acompanhe o trabalho dos professores de forma democrática e pensando no bem estar do coletivo da escola.

4.2 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR.

Destacamos na fala dos professores que para eles o papel do supervisor escolar se identifica com o que dizem os especialistas da área e ao mesmo tempo com o discurso dos

próprios supervisores, deixam claro que o supervisor direciona as atividades da escola como um todo sem fazerem distinção entre o trabalho da Coordenação Pedagógica e da Supervisão Escolar, é como se as duas atividades se inter-relacionassem de forma que uma não diferisse do outra. No entanto, sabemos que são funções específicas embora em nível de rede estadual a equipe de supervisão se localize na SEDUC e na atividade fim as ações sejam operacionalizadas por uma mesma pessoa.

Pudemos perceber que para os professores, o supervisor ou coordenador tem que trabalhar no sentido de orientá-los e solucionar todos os problemas da escola e da sala de aula isso porque eles ministram suas aulas e se ausentam, seja para ministrar aula em um outro colégio, exercer outra atividade remunerada seja para resolver problemas particulares, visto que o professor não é obrigado a permanecer o tempo integral na escola

No entanto conseguimos manter contato com duas professoras da escola: a professora de História do 6º e 9º ano do ensino fundamental no turno da tarde, com 15 anos de magistério, que chamaremos de professora A e uma professora de classe especial (polivalência), no turno da manhã, com 14 anos de magistério, que denominaremos de professora B.

Inicialmente, as professoras falaram sobre a importância da Supervisão para a escola e suas práticas em particular. Para a professora B: “A supervisora é muito importante porque orienta e assiste a professora nos momentos de dificuldades, apresentando novas ideias, procurando a melhora de qualificação dos professores, além de promover várias reuniões”.

A professora A afirma

“O maior problema das escolas públicas é a falta de acompanhamento dos pais a seus filhos. (...)sendo impossível para o professor acompanhar e resolver o problema desses alunos (...) sendo importante que o Supervisor, na conversa com esses alunos, faça um bom acompanhamento ao aluno problemático”.

A professora A coloca ainda que: “O Supervisor, para tornar seu trabalho mais importante, deve realizar reuniões bimestrais para iluminar os caminhos do professor”.

A Professora B, encerra suas colocações elogiando a Supervisora da escola: “Ela é muito boa orientadora, passa tudo o que acontece nas reuniões para os professores e isso facilita nosso trabalho.

A professora A falando sobre as relações entre as pessoas na escola, afirma: “Mesmo demonstrando certo ocultamento e apreensão, as relações são ótimas, principalmente com a Supervisora”.

Perguntada, ainda, sobre as principais dificuldades que apontaria na escola, a professora A volta a ressaltar: “O fraco desempenho dos alunos, eles só vêm pra escola por obrigação, porque os pais querem se livrar, tanto que só aparecem na escola no começo e no fim do ano e nunca mais”.

Das análises das falas das professoras podemos identificar uma concepção do profissional Supervisor como um técnico especializado a quem compete resolver todos os problemas da escola, principalmente os apresentados em sala de aula pelos alunos. Não existe uma clara intenção de se colocarem à disposição em trabalhar juntamente com a Supervisão na elaboração de um trabalho coletivo, no sentido em que fala Ferreira (1999), quando afirma que a ação supervisora no contexto escolar é decisiva na promoção de um trabalho coletivo em busca da superação das dificuldades, do conhecimento de seus limites para poder superá-los e do favorecimento do intercâmbio entre supervisor ou coordenador, professores e demais pessoas do ambiente escolar.

Em relação a Escola Municipal João Lobo as duas supervisoras possuem experiência no âmbito escolar, são formadas em pedagogia há mais de dez anos e possuem especialização em áreas afins, ao serem consultadas sobre qual a função do supervisor escolar falaram que estes profissionais são mediadores ou supervisores das atividades desenvolvidas na escola, utilizando atividades programadas, conversas informais e precisam ter por base de sua atuação o PPP.

Ao serem questionadas sobre a contribuição dos supervisores na escola foram unânimes em dizer que este profissional auxilia o professor nas atividades desenvolvidas na sala de aula, nos trabalhos com alunos e na escola de modo geral, ou seja, cabe aos supervisores atuarem na escola de forma contínua e responsável propiciando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo a Supervisora 1 o papel do supervisor demorou muito a ser valorizado e quem perdeu com isso foi a escola pois este profissional atua na direção de melhorar o desenvolvimento escolar como um todo, através de um plano de ação que orienta todo o desenvolvimento do processo, em busca de soluções possíveis para os problemas escolares.

Quanto aos professores questionados existe unanimidade em dizerem que o supervisor tem a responsabilidade, junto ao gestor de mobilizar os professores para os

projetos da escola acompanhando o desempenho dos alunos, com responsabilidade e criatividade.

Somente uma professora de um universo de 15 professores disse que desconhecia o trabalho do supervisor na escola, complementando que essas atividades de responsabilidade da supervisão são em geral feitas pela secretaria da escola, mas adiante essa mesma professora fala da ação do supervisor de uma forma mais atuante, enfim, esta pessoa não é uma referência confiável para alcançar os resultados que queremos nessa investigação, pois é contraditória em seu discurso.

Percebemos nas duas escolas investigadas que embora a atuação do supervisor seja diferenciada nas redes estadual e municipal, a noção que os profissionais da educação lotados nestas escolas têm da ação supervisora pode ser vista como positiva, pois ficou claro para nós que a figura do supervisor já está incorporada no universo escolar e que sem ela as dificuldades seriam mais pontuais, assim esse profissional é importante e necessário para qualquer escola.

Durante todo o processo de observação e análise dos dados coletados sobre estas duas escolas sentimos que as intervenções dos supervisores sempre são bem vindas ao sentido de orientar para práticas educativas mais focadas nos problemas do cotidiano escolar, assim nesse momento histórico vivido por nós integrantes do processo educativo a figura do supervisor é mais um contributo para a melhoria da educação em nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos apresentar conclusões acabadas e definitivas a este estudo, porque se trata de um estudo preliminar e de pequena proporção, devido ao pouco tempo de estudo e de observação. Porém, podemos dizer que a prática da Supervisão no Centro de Ensino Eugénio Barros e na Unidade Integrada Municipal João Lobo é marcada, para alguns integrantes do ambiente escolar, pelo desconhecimento de sua função, visto que não concebem uma visão da Supervisão como prática auxiliar e facilitadora das práticas de ensino, enxergando na Supervisão somente uma prática de acompanhamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem ou com problemas de disciplina.

Portanto, conceber o Supervisor como um inspetor ou mesmo um fiscal, mantendo ainda uma prática essencialmente tradicional, presa aos preconceitos de uma prática pedagógica que os coloca como sujeitos absolutos do processo de ensino escolar, incapazes de se reconhecerem como pessoas sujeitas ao erro e às transformações que acontecem em nossa realidade e um entendimento contraditório no sentido de que esse profissional da educação é um colaborador eficaz na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem bem como na convivência sadia no ambiente escolar.

Podemos apontar dois indícios, apreendidos durante a pesquisa, para a explicação desse desconhecimento. Primeiramente, é notável a falta de comunicação entre a supervisão e os demais agentes escolares, no sentido de informar e socializar as ações, propostas, programas e políticas desenvolvidas com seus respectivos objetivos, o que torna cada vez mais distante as práticas próprias da supervisão e as expectativas dos demais agentes, notadamente dos alunos. Em segundo lugar, ainda é forte na representação mental dos sujeitos escolares a supervisão como uma ação fiscalizadora, que concebe o supervisor enquanto profissional que controla a ação dos professores, cumprindo as normas rígidas e inflexíveis atribuídas pela administração geral.

Outro ponto fundamental para nossa análise é considerar a falta de aprofundamento crítico dos sujeitos pesquisados, apreendidos através das conversas e das entrevistas realizadas com esses sujeitos, o que contribui de forma significativa para o não entendimento do caráter político da função supervisora na escola e as contribuições que podem promover para a escola e para todos os integrantes da comunidade envolvida.

Nos diversos momentos em que estivemos presentes na escola observamos um clima de relativa harmonia entre os sujeitos escolares o que poderia ser indício de um clima favorável para um bom desempenho das funções de supervisão, inclusive sendo as supervisoras sempre citadas como uma das pessoas mais envolvidas com os problemas

inerentes ao espaço escolar e que realmente se preocupa em desenvolver atividades que contribuam para o engrandecimento e melhoria do cotidiano das escolas investigadas.

Contudo, nas entrevistas realizadas não identificamos a busca de um esforço coletivo e relevante para que seja reforçada a harmonia nas relações entre o coletivo da escola, procurando evitar que cada sujeito escolar apenas aponte erros e culpas em seus companheiros sem demonstrar uma preocupação com um trabalho integrado entre a Supervisão escolar e demais sujeitos escolares.

O comodismo e a aceitação ainda presentes nas escolas investigadas persistem, frutos da falta de uma visão mais crítica sobre a própria realidade escolar e fortemente enraizada numa formação visivelmente tradicional como alicerces de uma prática repetitiva e profundamente dependente das ordens vindas da direção da escola.

Partindo de observações mais aprofundadas que nos possibilitou uma reflexão mais rigorosa acerca das relações entre as práticas educacionais intervencionista da Supervisão Escolar, sua ação enquanto profissional que intervém no processo educativo e suas possibilidades de colaboração entendemos que a função principal do Supervisor Escolar é a de acompanhar e orientar todas as relações pedagógicas da escola; de promover uma conscientização sobre a situação social hoje existente; promover senso de mobilização em busca da superação das situações de adversidade e de exclusão, em prol da implantação de sistemas mais justos e capazes de promover condições de vida mais humanas e igualitárias (FERREIRA, 2007).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. C. de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ALARCÃO, Isabel. Ser professor reflexivo. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto Alegre: Porto, 1996.

ALMEIDA, J. R. P. de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: PUC; Brasília: INEP, 1989. (Memórias da Educação Brasileira).

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Summus, 1970.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRAGA, D. O. L. **As Concepções de Supervisão Escolar e a prática dos Supervisores Escolares egressos da UFPI**. Teresina: UFPI, 1999. – Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 19.890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 4.106**, de 2012. Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências. Câmara dos Deputados: Brasília, 26 de junho de 2012.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 17. ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHRISTOV, L. H. da S. Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In: PLACCO, V. **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 9-12.

CURY, C. R. J. O conselho nacional de educação e a gestão democrática. In.: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

FERREIRA, N. S. C. (org.). **Supervisão educacional. Para uma Escola de Qualidade: da formação a ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, N. S. C. Supervisão Educacional no Brasil: trajetória de compromissos no domínio das políticas públicas e da administração da educação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Supervisão Educacional para uma Escola de Qualidade: da formação à ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 28. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GARRIDO, E. et. al. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 4. ed. São Paulo: Loiola, 2003

GIANCATERINO, R. **Supervisão escolar e gestão democrática**. Supervisão escolar e gestão democrática: um elo para o sucesso escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, O. M.; MARTINS, A. A. Supervisão escolar: entre os ditames da legislação e os desafios da prática pedagógica. In.: **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 380-390, 2010.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.). **Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola**. 4. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

HENGEMÜHLE, A. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HOLANDA, S. B. de. Caminhos do Sertão. In **Revista de História**. São Paulo, nº. 54: 69 – III, 1964.

JESUS, A. R. de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. 2008. [Consult. 14-09-2012]. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf>.

KUENZER, A. Z. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In.: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.) **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

LAPASSADE, G. **As Microsociologias**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro, 2005 (Série: Pesquisa em Educação, v.9.).

LEAL, A. B.; HENNING, P. C.; Do exame da supervisão ao autoexame dos professores: estratégias de regulação do trabalho docente na Supervisão Escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.251-266, Jan/Jun 2009. [Consult. 12-04-2012]. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/leal-henning.pdf>

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, L. C. Escolarizando para uma educação crítica: a reinvenção das escolas como organizações democráticas. In.: TEODORO, A.; TORRES, C. A. (Orgs.). **Educação crítica e utopia**: perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜCK, H. [et al]. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÜCK, H. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACCARIELLO, M. do C. A construção coletiva da escola: consciência, representação e prática social. In.: GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.). **Supervisão e orientação educacional**: perspectivas de integração na escola. 4. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, J. do P. **Gestão educacional**: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. 4. ed. rev., atual. e ampliada. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NOGUEIRA, M. G. **Supervisão educacional**: a questão política. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

OLIVEIRA, E. da S. G. Evolução histórica da supervisão educacional. In.: OLIVEIRA, E. da S. G.; GRINSPUN, M. P. S. Z. **Princípios e métodos de supervisão e orientação educacional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

OLIVEIRA, E. G. de; CORRÊA, R. dos S. Ação da supervisão educacional e formação humana: interferência no processo de emancipação do homem por meio da atuação nos conselhos de educação. In.: RANGEL, M.; FREIRE, W. (Orgs.) **Supervisão escolar**: avanços de conceitos. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

PONTE, J. P. Estudos de caso em Educação Matemática. **BOLEMA**. Boletim de Educação Matemática. Ano 19, nº 25. Rio Claro: UNESP, 2006, p. 105-132.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. [et al.]. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RANGEL, M. (org). **Supervisão Escolar: princípios e práticas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

RANGEL, M.; FERREIRA, N. S. C. Supervisão pedagógica ampliada. In.: RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel (Orgs.). **Supervisão escolar: avanços de conceitos e processos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMÃO, J. E.; PADILHA, P. R. Diretores escolares e gestão democrática da escola. In.: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

SAVIANI, D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: SAVIANI, D.; FERREIRA, N. S. C. (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação a ação**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6ª edição. Campinas. SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, N. **Função técnica e função política do supervisor em educação**. Dissertação (Mestrado em Educação – Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 1981.

SILVA, N. S. F. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

TEIXEIRA, A. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.36, n.84, 1961. p.84-89

TEIXEIRA, A. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 86, abr./jun. 1962. p. 59-79.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 16. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006.

VIEIRA, M. M. da S. O Coordenador Pedagógico e os Sentimentos no Cotidiano. In: PLACO, V. M. N.; ALMEIDA, L. R. de. **O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA – ISEC
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT
TEMA DA DISSERTAÇÃO: A SUPERVISÃO ESCOLAR E AS INTERVENÇÕES DO
SUPERVISOR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. TELMA BONIFÁCIO DOS SANTOS REINALDO
MESTRANDA: ANTONIA MARIA CARDOSO E SILVA**

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____ Tempo de trabalho na escola: _____

Graduação: _____ Tempo de formação: _____

Pós-Graduação: _____

B – DADOS DA PESQUISA

1) Qual a função (funções) do Supervisor Escolar?

2) Como o Supervisor desenvolve sua função?

3) O Trabalho do Supervisor Escolar está contribuindo para o seu trabalho em sala de aula? Como você percebe na prática? Dê alguns exemplos de contribuições. Se a resposta for não, explique o motivo.

4) Qual a importância do Supervisor Escolar em seu trabalho?

5) Qual é o perfil do Supervisor Escolar?

6) Você considera importante o Supervisor Escolar acompanhar o seu trabalho? Por quê?

7) O que o Supervisor observa e o que pensa a respeito de sua ação na escola?

8) O Supervisor(a) Escolar desempenha seu trabalho democraticamente ou demonstra ausência de autocrítica? Comente.

9) As reuniões pedagógicas, como são? O Supervisor(a) Escolar é atuante nas mesmas? Realiza reflexões com o grupo? Acontecem estudos?

10) Como você percebe a relação do Supervisor(a) com os demais membros da equipe diretiva?

11) Você tem conhecimento do Projeto Político-Pedagógico da escola? Como surge a proposta pedagógica da escola a cada ano que se inicia? Esta proposta é colocada em prática?

Obrigada!

APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SUPERVISORES

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA – ISEC
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT
TEMA DA DISSERTAÇÃO: A SUPERVISÃO ESCOLAR E AS INTERVENÇÕES DO
SUPERVISOR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. TELMA BONIFÁCIO DOS SANTOS REINALDO
MESTRANDA: ANTONIA MARIA CARDOSO E SILVA**

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SUPERVISORES

A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____ Tempo de trabalho na escola: _____

Graduação: _____ Tempo de formação: _____

Pós-Graduação: _____

B – DADOS DA PESQUISA

1) Qual a função (funções) do supervisor escolar?

2) Como o Supervisor desenvolve sua função?

3) O Trabalho do Supervisor Escolar contribui para o trabalho em sala de aula? Dê alguns exemplos de contribuições.

4) Qual a importância do Supervisor Escolar para a prática docente?

5) Qual é o perfil ideal do Supervisor Escolar?

6) Você considera importante o Supervisor Escolar acompanhar o trabalho docente? Por quê?

7) O que o Supervisor observa e o que pensa a respeito de sua ação na escola?

8) Você, enquanto Supervisor(a) Escolar, desempenha seu trabalho democraticamente ou demonstra ausência de autocrítica? Comente.

9) Você, enquanto Supervisor(a) Escolar, é atuante nas Reuniões Pedagógicas? Realiza reflexões com o grupo? Acontecem estudos?

10) Como você percebe a relação do Supervisor(a) com os demais membros da equipe diretiva?

11) Você tem conhecimento do Projeto Político-Pedagógico da escola?

12) Como surge a proposta pedagógica da escola a cada ano que se inicia?

13) Esta proposta é colocada em prática com sua participação?

Obrigada!

APÊNDICE III: ROTEIRO DE ENTREVISTA

PESQUISA NA SECRETARIA MUNICIPAL E ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E NAS ESCOLAS CAMPO	
a) Informações pessoais	1. Qual o seu nome?
	2. Qual a sua formação acadêmica?
	3. Que disciplinas ensina?
	4. Em que nível de ensino?
	5. Há quanto tempo que é professor?
	6. É contratado ou efetivo?
b) Quanto a ação do supervisor educacional	7. Existe a figura de supervisor na sua escola?
	8. Quais são as atribuições do supervisor educacional?
	9. Que balanço faz do seu trabalho?
	10. Que saberes, práticas e competências são necessários para ser um bom supervisor?
	11. Existe alguma(s) diferença(s) entre coordenação e supervisão educacional? Qual(is)?
	12. Se tivesse que exercer esse cargo que condições exigiria?
c) relação do Supervisor com os professores	13. Que iniciativas tomaria?
	14. Como é que o supervisor se relaciona com os professores? De forma individual? Ou em grupo?
	15. Qual delas prefere? Por que?
	16. Mantém uma boa relação com o Supervisor?
	17. Acha que a sua intervenção tem algum impacto na organização do ensino e nas aprendizagens dos alunos?
	18. Que contribuição oferece a supervisão para a sua prática pedagógica?
	19. O supervisor educacional interfere de alguma forma na formação continuada do professor?
	20. Está satisfeito com o desempenho global do supervisor?
	21. Em que aspectos podia melhorar?

ANEXOS

ANEXOS I: PLANO DE ATIVIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LOBO/2012.

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC

UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL JOÃO LOBO

Trav. Bela Vista, S/N, Bairro Castelo Branco, Fone: (99)3521-6201

Profº: coord. Maria de Jesus do Carmo Rodrigues

Atividades programadas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental

Plano de atividade da escola/2012

Caxias- Ma

Fevereiro /2012

Justificativa

Tendo em vista o desenvolvimento integral dos educandos procurando envolver-los Coletivamente nas atividades escolares visando à qualidade do ensino e a formação crítica e social, dessa forma a escola procura executar seu planejamento com mais clareza e objetividade para a melhoria das relações escola e comunidade na aquisição do processo ensino aprendizagem.

Objetivo geral

Contribuir para elevar a auto-estima dos alunos registrando a alegria de aprender por meio de atividades significativa, promovendo a reflexão sobre os valores humanos , comportamento éticos indispensáveis na formação do caráter dentro e fora da escola

Objetivos específicos

- Ampliar e aperfeiçoar as possibilidades de leitura e escrita no convívio social
- Produzir diferente, tipo, de texto oral e escrito facilitando assim no processo de comunicação.
- Incentivar a participação da comunidade nas atividades internas da escola.

Metodologia

No âmbito escolar procurar aproximar e incentivar a participação da família nas atividades desenvolvidas pela escola através de palestras, reuniões de pais, encontros, debates, comemorações, passeios e outros, buscando um maior comprometimento dos pais e responsáveis com o rendimento escolar dos seus filhos.

1º semestre

Fevereiro

06/10 = Retorno dos educadores do Ensino Fundamental/1º Encontro com a coordenação.
Reunião geral / prestação de contas do PDE, discussão sobre o plano de carreira e remuneração do magistério publico.
Discussão sobre a qualidade de vida dos professores, discussão sobre o plano de carreira e remuneração do magistério publico.
Organização do plano de curso e divisão das turmas entre os professores.
Inicio das aulas com aula inaugural

► 23/02 inicio das aulas

- Recepção dos alunos no pátio
- Apresentação dos professores e os alunos
- Servidores da escola

- ▶ Avaliação diagnóstica para todas as turmas do 1º ao 5º ano (Leitura, Escrita e Matemática)

Março

- ▶ 02/03 Planejamento
- ▶ 29/03 Reuniões de pais e mestre por sala
 - Apresentação dos professores aos pais
 - Horário de entrada e saída da escola
 - Acompanhamento dos pais nas atividades na escola
 - Fardamento completo
 - Frequência diária
 - Material do aluno e outros

Abril

- ▶ 02/04 Planejamento
- ▶ 05/04 Atividade referente a Páscoa
- ▶ 14/04 Aniversário da escola João Lobo
- ▶ 16 a 20/04
 - Atividade da semana do livro roda da leitura
 - Leitura compartilhada
 - Apresentação de atividade no pátio da escola
- ▶ 30/04 Reunião de Pais e Mestres por sala

Maio

- ▶ 04/05 Planejamento
- ▶ 12/05
 - Comemoração do dia das mães
 - Homenagem, palestra e lanche
- ▶ 25 Reunião de pais e professores por sala
- ▶ 31/05
 - Dia mundial de combate ao fumo
 - Palestra de conscientização
 - Confecção de mural pelos alunos

Junho

- ▶ 01/06 Planejamento
- ▶ 18/23 Execução do projeto festa junina
 - Festa junina
 - Apresentação de quadrilhas, danças típicas
 - Barraca de comidas típicas
- ▶ 29/06 Reunião de Pais e Mestres por sala

Julho

- ▶ 10 a 17- Provas Bimestrais do 2º Bimestre
 - ▶ 18 a 20-Aulas de recuperação paralela
 - ▶ 20 - Encerramento das atividades do 1º semestre
entrega do 2º bimestre na secretaria da escola
- Total de Dias Letivos: 103

2º semestre

Agosto

- ▶ 06/08 Retorno das aulas
- ▶ 10/08 Planejamento
- ▶ 20 a 24 Semana do folclore

Setembro

- ▶ 06/09 Planejamento
- ▶ 03 a 07/09 Comemorações do 7 de setembro e semana da pátria

Outubro

- ▶ 05/10 Planejamento
 - ▶ 05/10 – Entrega das notas do 3º bimestre
 - ▶ 08 a 12 - Semana da criança
 - Desfile de abertura da semana da criança
 - Atividade recreativa
 - Exibição de filmes
 - Brincadeiras
 - Festa e lanche
- Sugestões da semana da criança:
1. Roda de leitura;
 2. Filme educativo
 3. Trabalho com colagem
 4. Atividade de desenho e pintura

5. Passeio ao museu da Balaiada
6. Gincana na sala de aula
7. Competição de queimado
8. Uso de jogos/bingos
9. Soletrando
10. Passa e repassa
11. Gincana de matemática na sala de aula
12. Mural de recado (poesia , recorte de jornal e revista, notícias de moda , mensagens de carinho e outros)
13. Outras brincadeiras:
 - * comida de saco;
 - * corrida no ovo na colher;
 - * cabo de guerra;
 - * amarelinha;
 - * pular elástico.

► 15/10 Comemorações do dia do professor

► 26/10 Reunião de pais e mestre por sala

Novembro

► 09/11 Planejamento

► 15 a 19/11 comemorações referentes à proclamação da república e o dia da bandeira

► 23/11 Reunião de Pais e Mestre por sala

Dezembro

► 03/12 Planejamento / reunião com professores, direção da escola e coordenação

- Pauta
- Provas finais
- Recuperações

► 10 a 17 – Avaliações Bimestrais.

► 18 - 20 - Aula de recuperação e Recuperação Final.

20- Entrega das notas do 4º bimestre na secretaria da escola.

20 Início do recesso escolar para professores e alunos.

Encerramento do ano letivo de 2012.

As atividades pedagógicas a serem realizadas no decorrer do ano letivo de 2012 envolvendo os dois turnos desta unidade de ensino do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I .

Pretende – se assim desenvolver o censo escolar buscando melhorias. Em nossas praticas de ensino e aprendizagem, alem da valorização do docente e decentes.

Este cronograma de atividades pode sofrer modificações ao decorrer do ano letivo.

ANEXOS II: CALENDÁRIO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LOBO/2012.

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC

UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL JOÃO LOBO

Trav. Bela Vista, S/N, Bairro Castelo Branco, Fone: (99)3521-6201

Profº: coord. Maria de Jesus do Carmo Rodrigues

Atividades programadas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental

Calendário Escolar / 2012

CAXIAS-MA

FEV/2012

Calendário Escolar - 2012

1º semestre letivo

Janeiro:

- 01/01 = confraternização Universal.
- 02 a 06/01 = Matricula de alunos do 1º ano.
- 09 a 13 = Entrega de boletim e matricula para os alunos da instituição.
- 16 a 20 = Matriculas para alunos novatos do 2º ao 5º ano.

1º Bimestre

Fevereiro: Dias Letivos: 05

- 06 á 10/02 = Retorno dos educadores do Ensino Fundamental/1º Encontro com a coordenação.
- = Reunião (das atividades pedagógicas para o ano letivo de 2012).
- = Organização do plano de curso e divisão das turmas entre os professores e organização das atividades por turma para o ano letivo de 2012.
- 19/02 = Dia do esportista.
- 21/02=Carnaval
- 22/02 = Cinzas/Dia da criação do IBAMA.
- 23/02= Início das aulas com aula inaugural.

Março: Dias Letivos: 22

- 07/03 = Dia Mundial da Oração.
 - 08/03 = Dia Internacional da Mulher.
 - 12/03 = Dia do bibliotecário.
 - 14/03 = Dia da poesia.
 - 15/03 = Dia da Escola.
 - 19/03 = **Feriado Municipal (Dia de são José)**
 - 21/03 = Dia Internacional a Discriminação Racial.
- Avaliação Mensal.**

Abril: Dias Letivos: 19

- 02/04 = Dia Internacional do Livro Infantil.
- 06/04= Paixão de Cristo
- 07/04 = Dia Mundial da Saúde.
- 13/04 = Dia do Hino Nacional/ Dia do jovem.
- 14/04 = Aniversário da Escola (U.E.M.IOÃO LOBO) (14 de Abril 1997).
- 15/04 = Dia da Proteção ao Solo.
- 18/04 = Dia Nacional do Livro Infantil.
- 19/04 = Dia do Índio.
- 21/04 = **Dia do Tiradentes e Fundação de Brasília (Feriado Nacional)**
- 22/04 = Descobrimento do Brasil.
- 28/04 = Dia da Educação.
- 23 á 27 – **Avaliações Bimestral**
- 04/05 - Entrega das notas do 1º bimestre na secretaria da escola e encerramento do 1ºbimestre.

2º Bimestre

Maio: Dias Letivos: 23

01/05 = Dia do Trabalho (Feriado Nacional-)
05/05 = Dia nacional das comunicações.
13/05 = Dia das mães.
13/05 = Dia da abolição da escravidão.
21/05 = Dia do Livro Nacional.
25/05 = Reunião de pais para assinatura do boletim.
31/05 = Dia mundial de combate ao fumo.
Avaliação Mensal

Junho: Dias Letivos: 19

05/06 = Dia Mundial do Meio Ambiente.
07/06 = **Corpus Christi (feriado nacional)**.
10/06 = Dia da Língua Portuguesa.
12/06 = Dia dos namorados.
13/06 = Dia do Santo Antônio.
20 a 23/06 = Atividades referentes às festas juninas.
24/06 = Dia de São João Batista.
26/06 = Dia Internacional contra as Drogas/ Dia do Professor de Ed. Física.
29/06 = **Dia de São Pedro (feriado)**.

Julho: Dias Letivos: 15

01/07 = Dia do bancário.
02/07 = Dia do Bombeiro.
05/07 = Dia da fundação de Caxias - Maranhão/ Dia do motorista.
10 a 17 = **Avaliações Bimestrais**.
18 a 20 = **Atividade e Recuperação paralela**.
20/07 = Entrega das notas do 2º bimestre na secretaria da escola.
= **Recesso escolar dos educandos e professores**.
= Dia da vovó.
= Dia do agricultor.
= Assinatura de boletins.

Total dos dias Letivos do 1º semestre de 2012 (103 dias)

2º semestre letivo

3º Bimestre

Agosto: Dias Letivos: 21

01/08 = Dia da Adesão de Caxias a Independência.
06/08 = **Início das aulas do 2º semestre/ Início do 3º Bimestre**.
05/08 = Dia Nacional da Saúde.
10/08 = Aniversário do poeta Gonçalves Dias.
11/08 = Dia Nacional do Estudante.
13/08 = Dia do Poeta Vespasiano Ramos.
12/08 = Dia dos Pais.
22/08 = Dia do Folclore.
25/08 = Dia do Soldado/ Dia do Exército.
Avaliação Mensal.

Setembro: Dias Letivos: 19

03 á 07 = Início Semana da Pátria.
05/09 = Dia Mundial da Amazônia/ Dia da Raça.
07/09 = Independência do Brasil (Feriado Nacional).
08/09 = Dia Internacional da Alfabetização.
09/09 = Dia do Administrador.
21/09 = Dia da Árvore.
27/09 = Dia Mundial do Idoso.
30/09 = Dia da Bíblia/ Dia da Secretária.
24 á 28/09 – Avaliações Bimestrais.
05/10- Entrega das notas na secretária da escola e encerramento do 3º bimestre.

4º Bimestre

Outubro: Dias Letivos: 22

04/10 = Dia Internacional da Ecologia/ Dia da Natureza/Dia dos Animais/Dia de São Francisco.
08 á 12 = Semana da Criança.
11/10 = Dia do Portador de Deficiência Física.
12/10 = Dia da Criança/ Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional).
Dia do Descobrimento da América.
15/10 = Dia do Professor.
24/10 = Dia das nações unidas.
26/10 = Reunião dos pais para assinatura de boletim.
28/10 = Dia do funcionário público.
29/10 = Dia Nacional do Livro.
Avaliação Mensal

Novembro: Dias Letivos: 21

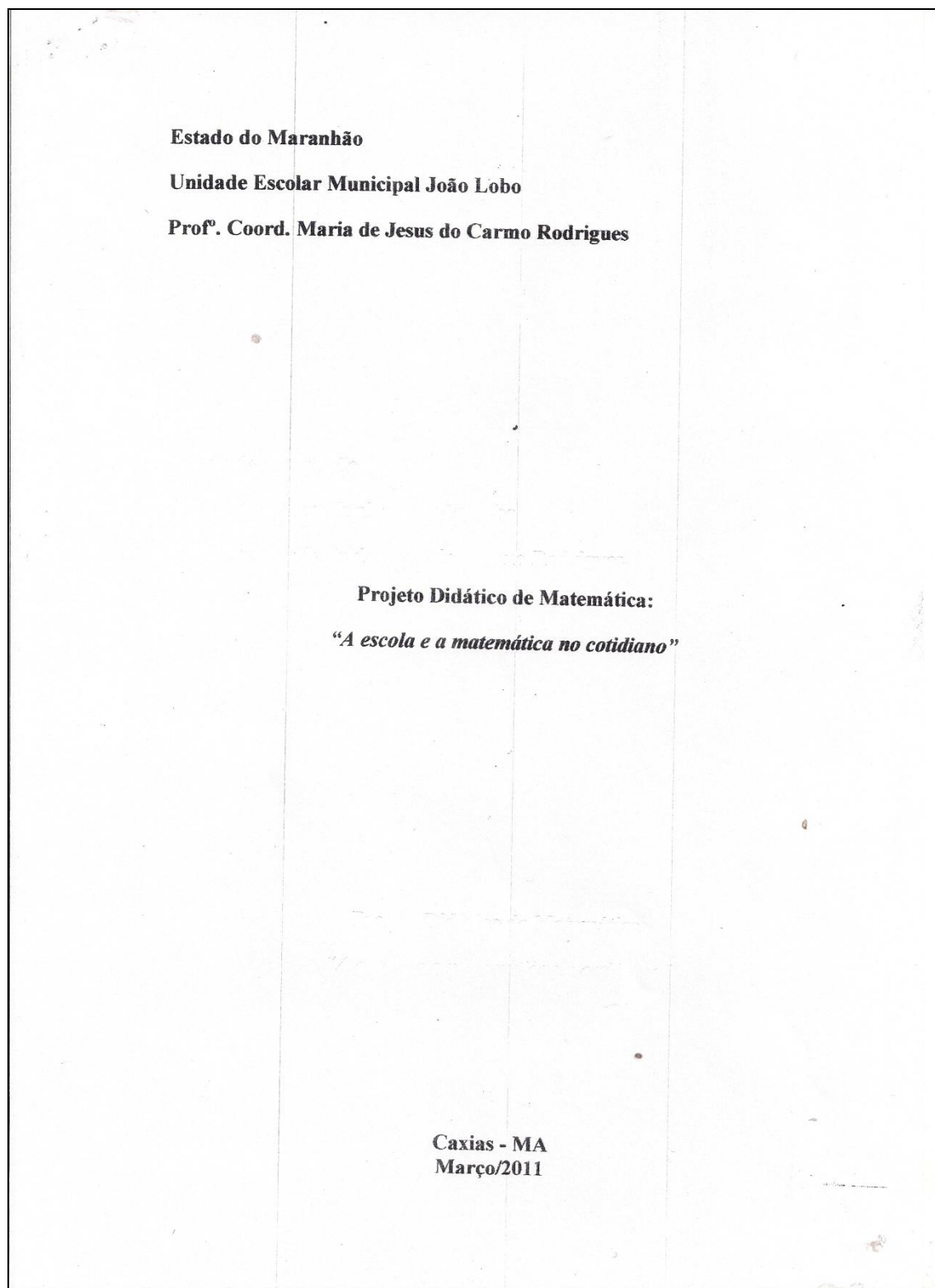
01/11 = Dia de Todos os Santos.
02/11 = Finados (Feriado Nacional).
03/11 = Dia do direito do voto da mulher.
05/11 = Dia da Cultura.
12/11 = Dia do Diretor de Escola.
14/11 = Dia da alfabetização.
15/11 = Proclamação da República (Feriado nacional).
19/11 = Dia da Bandeira Nacional.
20/11 = Dia da consciência negra.
25/11 = Dia da aclamação do direito da criança.

Dezembro: Dias Letivos: 14

01 = Dia Mundial de combate a AIDS.
08/12 = Dia de Imaculada Conceição / Dia da Família (Feriado Municipal).
10 = Dia mundial dos Direitos Humanos.
23 = Dia do Atleta.
25/12 = Natal.
11 á 18 – Avaliações Bimestrais.
19 á 21 - Aula de recuperação e Recuperação Final.
21/12- Entrega das notas do 4º bimestre na secretária da escola.
21/12-Início do recesso escolar para professores e alunos.
21/12-Encerramento do ano letivo de 2012.

Total de dias letivos do 1º Semestre: (103 dias)
Total de dias letivos do 2º Semestre: (97 dias)
Total de dias letivos de 2012: (200)

**ANEXOS III: PROJETO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA DA ESCOLA MUNICIPAL
JOÃO LOBO/2012.**



1- Identificação

Unidade Escolar Municipal João Lobo

Profº Coord. Maria de Jesus do Carmo Rodrigues

Ano/Turma: 1º ao 5º ano

Turno – Matutino e Vespertino

Alunos atendidos: Ensino Fundamental I

Mês: março a dezembro / 2011

Período:

Data da culminância:

Duração:

2- Apresentação

Considerando o baixo rendimento obtido em matemática, a escola propõe aos educadores desta unidade de ensino o projeto para trabalhar matemática durante o ano letivo de 2011. Acreditamos no processo construtivo e sabemos que para atingir esse objetivo é necessário que o professor lance problemas e desafios, a fim de que o aluno utilize o repertório anteriormente adquirido, dentro e fora da escola, na busca de soluções para construções do conhecimento, observando, refletindo, interpretando e criando desta forma os conteúdos escolares se tornem ativos e acompanhem a realidade da sociedade contemporânea em seus avanços tecnológicos e a responsabilidade da escola na formação do cidadão consciente, crítico e criativo.

3- Justificativa

No ensino fundamental I tem sido enfatizada a necessidade do desenvolvimento das habilidades de cálculo mental e de estimativa de resultados envolvendo problemas matemáticos.

Nesta fase da escolaridade é consensual que se privilegie o ensino dos números e das operações, não esquecendo a geometria, grandezas e medidas. A matemática é muito mais do que uma disciplina, seu aprendizado habilita o aluno a compreender seus significados e sua utilização no seu cotidiano.

Os jogos é uma forma surpreendente de aprendizagem, além de promover a interação entre os alunos da turma, pois esse tipo de atividade exige interação social do grupo, envolvem regras e a possibilidade de tomar decisões, sendo essencial para o desenvolvimento da autonomia, além da formação de valores e atitudes, por exemplo, a opção entre a cooperação e a competição, uma atitude solidária e uma atividade individualista, a busca pelo resultado imediato e aquisição do conhecimento.

4- Objetivos Gerais

- Identificar os principais problemas enfrentados pelos alunos no uso da matemática em sala de aula;
- Oferecer alternativas didáticas pedagógicas de aprendizagem na área de matemática a fim de melhorar o ensino nas turmas de 1º ao 5º ano;
- Ampliar os procedimentos de cálculo mental, escrito, exato, aproximado pela observação e utilização de materiais do cotidiano, como régua, compasso, transferidor, balança, calculadora, fita métrica, moedas e outros.

5- Objetivos Específicos

- Compreender a importância da matemática no cotidiano escolar;
- Criar situações que estimulem o raciocínio lógico, despertando a curiosidade oferecendo desafios matemáticos;
- Desenvolver habilidades e competências matemáticas para a atividade humana.

6- Público alvo

- Professores;
- Alunos do 1º ao 5º ano da escola;

7- Conteúdos

A distribuição dos conteúdos é feita em geral de maneira adequada de 2º ao 5º ano, obedecendo a uma ordem cronológica sendo que o profissional de sala de aula fará as adequações necessárias ao desempenho da turma. Essa metodologia de ensino aprendizagem requer uma mediação ativa do professor, também valoriza o trabalho do aluno na busca de estratégias para resolução de problemas. Quanto ao 1º ano é trabalhado apenas noções de matemática e não o conteúdo.

Eixos dos conteúdos que devem ser trabalhados durante o projeto estará adequado ao nível de aprendizagem de cada turma, desta forma o professor fará seu planejamento de acordo com o diagnóstico previamente realizado a fim de possibilitar um maior aproveitamento das atividades de sala de aula.

8- Metodologia

- Encontro com os professores;
- Participação das turmas;
- Coleta e organização de material didático;
- Apresentação do projeto para as turmas;
- Definir o dia e horários que será trabalhado o projeto;
- Roteiro de trabalho para o dia do projeto;
- Participação dos alunos.

*** Sugestões de atividades**

- Trabalho de grupo;
- Bingo;
- Divisão da turma em dupla;
- Dividir para disputarem homens e mulheres;
- Estipular o horário de estudo da tabuada;
- Trabalhar usando o calendário;
- Trabalhar usando a tabuada móvel (fichas);
- Trabalhar com listas de compras/ com somatório de preços;
- Fazer lista de produtos para a turma pesquisar preços;
- Usar dados de planilhas e tabelas;
- Trabalho com material de sucata (boliche e outros)
- Trabalhar moedas e cédulas;
- Domino;
- Dados;
- Dama;
- Jogo de argola (macarrão de cadeira);
- Trabalhar as medidas, grandezas e a geometria;
- Palito de picolé.

*** Produção / oficinas / apresentações**

- Apresentação no pátio e na sala de aula;
- Mural, cartazes, painel, ilustrações, outros.

9- Recursos

- Livros didáticos;
- Dama, dado, dominó, moeda, cédulas, bingo, fichas, régua, fita métrica, tabuada;
- Pesquisa no laboratório de informática;
- Colagem; recortes;
- Xérox / stencil / álcool / mimeografo;
- Cartolina, papel 40, papel A4, papel madeira, cola, tesoura, fita gomada, barbante, pincel grosso, EVA, giz de cera, lápis de cor, tinta guache, pincel de pêlo, cola de isopor, cola glitter.

10- Avaliação

A avaliação deve conter o significado básico de investigação, de questionamento, de problematização, além disso, deve estar relacionada ao processo de construção do conhecimento onde o aluno desenvolve suas múltiplas competências e habilidades. No entanto, é fundamental que esteja inserido num contexto, não só o conhecimento de um determinado conteúdo, mas nos demais aspectos de interesses, capacidades, habilidades e mudanças de atitudes.

No processo avaliativo devem ser prioritariamente observados índices que evidenciem de que os alunos:

- Demonstrem autonomia e criatividade na busca de estratégias de soluções para um problema;
- Discutam diferentes pontos de vista, expondo dúvidas e opiniões;
- Comuniquem oralmente e por escrito suas descobertas;
- Relacionem a matemática com outros campos de conhecimento trabalhando a interdisciplinaridade dos conteúdos.

Além de considerar as diferentes formas de avaliar, o professor pode organizar ainda um registro pessoal que lhe permita, por meio de observações de cada aluno e de toda a classe, utilizar as informações recolhidas durante as aulas, sempre que necessário.

Essa variedade de instrumentos deve permitir sinalizar ao professor os diferentes caminhos percorridos pelo aluno ao longo de sua aprendizagem. Caberá, portanto, ao professor estar atento aos procedimentos mais adequados, tendo em vista as orientações metodológicas, a natureza das atividades propostas em sala de aula e as estratégias usadas para o alcance dos objetivos propostos inicialmente e em mudança no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

Acredita-se que a concepção de avaliação de acordo quanto à avaliação da aprendizagem no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos.

11- Referência bibliográfica

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – Matemática 1º a 4º serie. Brasília, MEC/ SEF, 1997.

REAME, Eliane. *Linguagens da matemática: alfabetização matemática*. 1º ano – 1. ed. – São Paulo: Saraiva, 2008.

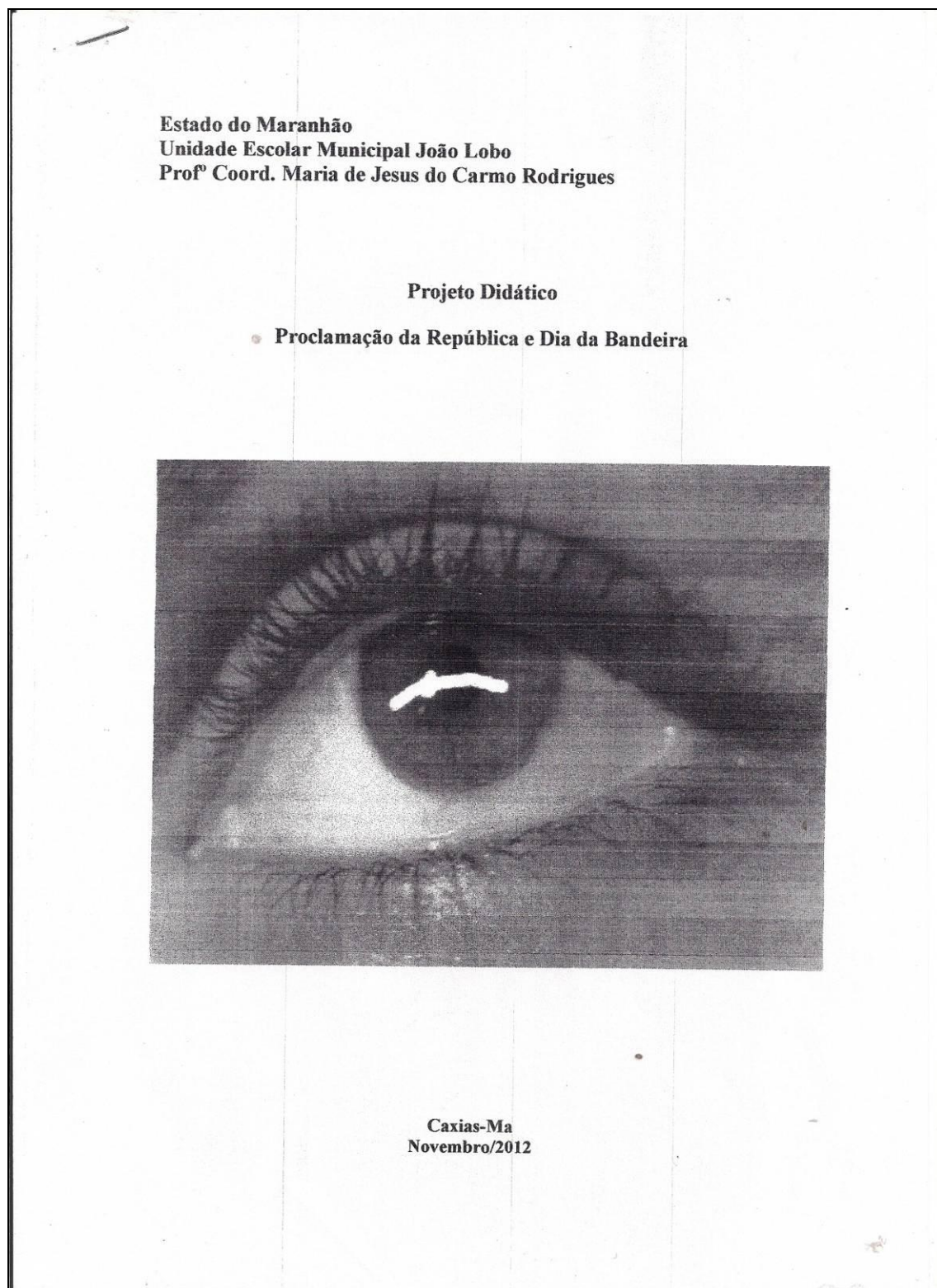
MILANE, Estela. *Projeto Conviver: matemática*, 2º ano. 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2008.

CENTURIÓN, Marília Ramos. *Porta aberta: matemática*, 3º ano. São Paulo: FTD, 2008.

MENEGHELLO, Marinez. *De olho no futuro: matemática*, 4º ano. São Paulo: Quinteto Editorial, 2008.

GAY, Mara Regina Garcia. *Projeto Buriti: matemática*, 5º ano. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2007.

**ANEXOS IV: PROJETO DIDÁTICO SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
E DIA DA BANDEIRA – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LOBO/2012.**



1. Identificação

Unidade Escolar Municipal João Lobo
Profº Coord. Maria do Carmo
Ano/Turma: 1º ao 5º ano
Turno – Matutino e Vespertino
Alunos atendidos: Ensino Fundamental I
Execução: Direção, Coordenação, Professores e Alunos
Mês: Novembro
Período: 07 à 14/11/2012
Data de realização: 14/11/2012
Horário: Matutino - 07h às 11h
Vespertino – 13h às 17h
Duração: 4 horas

2. Apresentação

Este projeto tem como objetivo auxiliar os docentes nas atividades programadas para o mês de novembro, tornando necessário maior compreensão de crenças, símbolos e representação de valores nacionais que integram o processo histórico brasileiro.

3. Justificativa

No dia 15 de novembro comemoramos a Proclamação da República e no dia 19 de novembro comemoramos o Dia da Bandeira, ainda em 20 de novembro o Dia da Consciência Negra, o importante nestas datas é reforçar o sentimento cívico, despertando nos educandos amor, respeito pela pátria, a valorização do patrimônio sociocultural de todos os povos e a valorização dos direitos conquistados pela cidadania para que atuem na sociedade com responsabilidade e solidariedade.

4. Objetivos Gerais:

- Despertar na criança o senso crítico levando-o a questionar a realidade atual do Brasil e a importância da nossa Bandeira.
- Refletir sobre a realidade vendo nos conflitos sociais uma forma de transformação da sociedade.

5. Objetivos Específicos:

- Discutir sobre a Proclamação da República;
- Esclarecer dúvidas e questionamentos sobre a Proclamação da República;
- Associar a Bandeira como símbolo que representa o Brasil entre outros países;
- Entender os significados das cores do Brasil;
- Realizar uma interpretação da letra do hino nacional;
- Despertar o sentimento cívico.

6. Metodologia

- Construção do projeto
- Encontro com todos os professores
- Coleta de material didático: pesquisas, Xerox, cd e outros
- Todas as atividades serão realizadas com a participação dos professores e seus alunos
- As atividades e produções serão feitas em sala de aula
- As apresentações assim como as produções serão expostas no pátio da escola

7. Atividades

- Hasteamento da Bandeira
- Cantar o hino Nacional e da Bandeira
- Reprodução do hino nacional/desenho
- Apresentação das cores da Bandeira
- Coreografia de uma música que fale do Brasil
- Poesia que ressalte o Brasil
- Mural com fotos e biografia de brasileiros que contribuíram para sociedade melhor

8. Recursos

- Pincel: 3 verde, 3 azul, 3 preto, 3 vermelho
- Músicas;
- Som,
- DVD;
- Cartolina (15 folhas, cores diversas)
- Fita gomada: 3
- Chamex (1 resma)
- Lápis de cor: 8 caixas
- Lápis de cera: 8 caixas
- Cola branca (3 tubos) e de isopor (3);
- Cola glitter (4 verde, 4 vermelho, 4 azul);
- Papel 40 (15 folhas)
- Areia brilhante cores diversos
- Papel crepon (10 folhas, cores diversas)
- TNT
- Tinta guache
- EVA
- Tinta para pele

9. Oficina / Produções

- Mural de fotos,
- Cartazes,
- Paineis;
- Ensaio de canto

10. Culminância: Dia 14/11/12 (quarta-feira)

- 1º passo: cada professor organiza sua turma com o seu material no pátio
- 2º passo: Um apresentador dá as boas vindas e inicia as atividades propostas
- Dramatização
- Coral

11. Avaliação

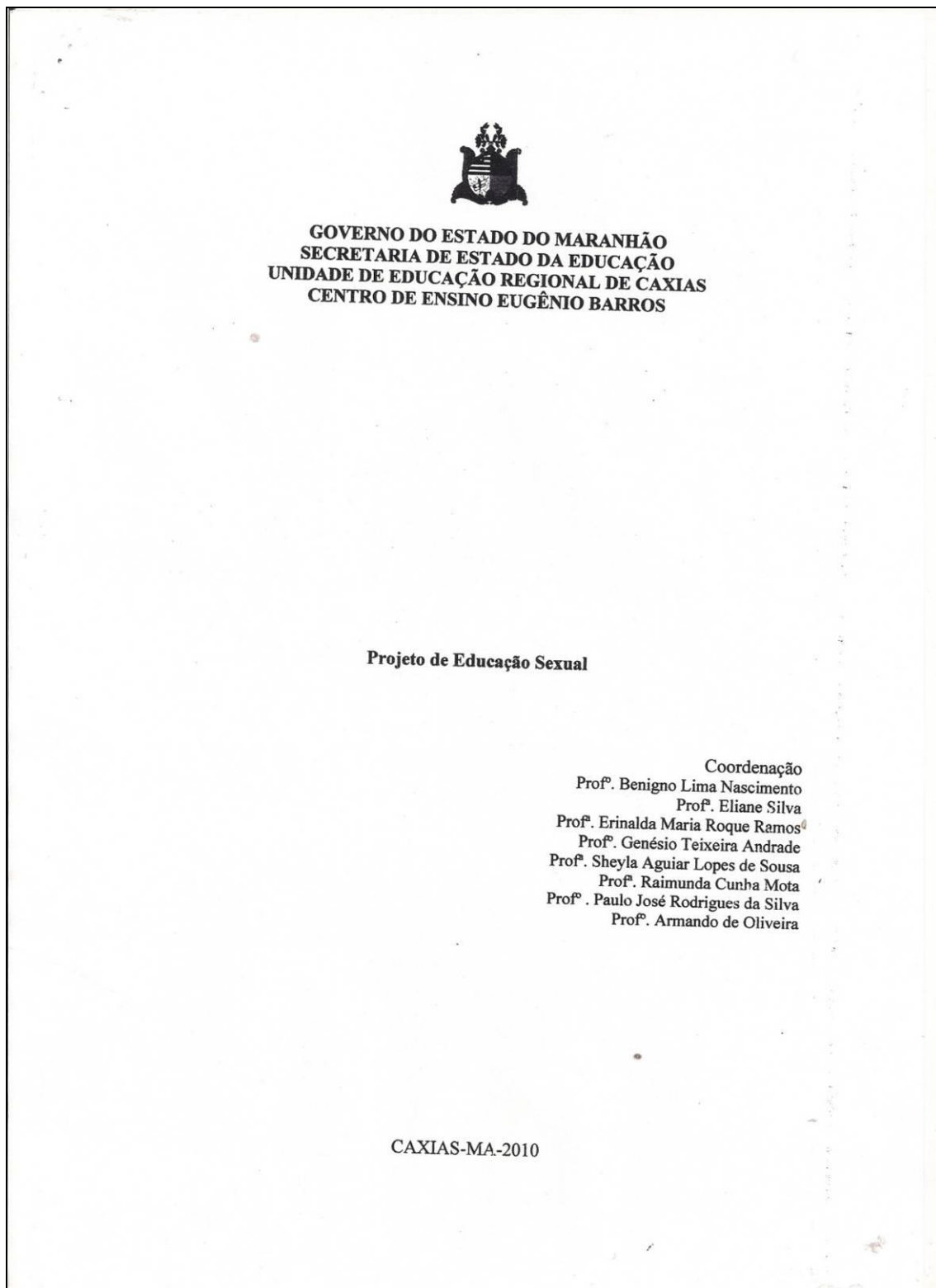
A avaliação deve promover a construção do pensamento crítico levando o aluno ao aprendizado significativo, e não apenas como um instrumento classificatório.

Com a metodologia aplicada o processo de avaliação possibilita ao professor o acompanhamento do desenvolvimento de seus alunos de forma individual e coletiva. A avaliação do projeto será feita de forma contínua no decorrer das atividades propostas.

11. Referência bibliográfica

- ALVES, Alexandre. Projeto Proza. 5º ano: Ensino fundamental/ Alexandre Alves, Leticia Facundes de Oliveira, Regina Borel – 2ª edição –São Paulo. Editora Saraiva. 2011
- HORTA, Célio Augusto da Cunha. Coleção fazendo e compreendendo: história, 5º ano / Célio Augusto da Cunha Horta, Claudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci, Lorena dos Santos – 1. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2011
- Sampaio, Francisco Coelho-História do Maranhão, 4º ano: Ensino fundamental/Francisco Coelho Sampaio, Maria Viana-São Paulo: Scipione, 2011
- MORAES, Armando. Ética e cidadania: valores humanos: ensino fundamental – 4º ciclo: 8ª série / Armando Moraes, Maria Sodade da Costa – Recife: Ed. Constuir, 2001. 72p. IT – (eções ética e Cidadania)

ANEXOS V: PROJETO EDUCAÇÃO SEXUAL – ESCOLA ESTADUAL EUGÊNIO DE BARRO/2010.



Eixo:

1. Justificativa

No contexto histórico da educação brasileira, o Ministério da Educação propõe o “Programa Ensino Médio Inovador” que visa apoiar os Estados e o Distrito Federal e estabelecer parcerias com os colégios de aplicação, quanto ao desenvolvimento de ações voltadas para melhoria do ensino médio, na busca dos seguintes impactos e transformações desejáveis:

- superação das desigualdades de oportunidades educacionais;
- universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio;
- consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando as especificidades desta etapa da educação e a diversidade de interesses dos sujeitos;
- oferta de aprendizagem significativa para adolescentes e jovens, priorizando a interlocução com as culturas juvenis (MEC, p.5).

O Programa Ensino Médio Inovador permite que as instituições proponentes possam sistematizar seus projetos de forma coerente com os pressupostos e finalidades previstas pelo Ministério da Educação em consonância com os interesses dos entes federados partícipes, reconhecendo as especificidades regionais e a diversidade de idéias já operacionalizadas pelas redes de ensino.

Cabe ressaltar que este programa converge para o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de projetos que visem o aprimoramento de propostas curriculares para o ensino médio, capazes de disseminar nos respectivos sistemas a cultura de um currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea.

Para um bom andamento desse currículo é necessário o uso da transdisciplinaridade que representa o grau máximo de relações entre disciplinas, de modo que chega a ser uma integração global dentro de um sistema totalizador. Esse sistema facilita uma unidade interpretativa, com o objetivo de construir uma ciência que explique a realidade sem fragmentações.

Coelho (2000, p. 19) considera que:

Não basta um currículo de várias disciplinas combinadas entre si – é necessário que todas elas sejam atravessadas por um “esquema cognitivo”, isto é, por um tema, um problema que as atravesse e mostre a relação oculta que existe entre as diferentes áreas da vida, da cultura e do conhecimento.

Assim, através do Projeto de Educação Sexual, investigaremos o conhecimento dos adolescentes sobre essa temática e atuaremos na direção de uma ação educacional para a prevenção dos problemas a seguir explicitados.

O crescente número de casos de AIDS, de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de gravidez na adolescência é um dado alarmante que aponta a necessidade de resolução. O pouco conhecimento dos jovens em assuntos relacionados à causalidade desses problemas, adicionado à insuficiência ou inadequação de programas educacionais, torna o quadro da prevenção das DST e AIDS e gravidez, entre a população jovem, ainda mais preocupante.

Segundo Seixas (1999, p. 123), *o indivíduo, nessa fase, está construindo uma identidade própria; e nessa busca, é importante ressaltar que ele pode experimentar uma enorme multiplicidade de identificações, as quais podem ser bastante contraditórias entre si. Essa instabilidade é esperada e até mesmo desejada, porém cabe a seu meio ambiente, em especial a seus pais, estabelecer limites e orientar esse processo investigativo, para que ele seja feito com segurança, sem prejuízos permanentes para sua saúde, como por exemplo, uma gravidez indesejada, (...)*

Nosso projeto, sob o paradigma da transversalidade, abordará os temas como Cultura, Ética, Caxias e seus problemas e o Lixo nas seguintes disciplinas: Biologia, Química, Física, Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e História.

2. Público-alvo

- Os temas serão trabalhados na 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental do turno matutino; 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio dos turnos matutino, vespertino e noturno.

3. Objetivos

a. Gerais

- Desenvolver nos educando o aperfeiçoamento e a prática da leitura e da escrita, a partir de estudos, pesquisas, debates, seminários e outras atividades tendo como tema a Educação Sexual e sua importância na vida dos adolescentes e da comunidade.

b. Específicos

- Diagnosticar, através de questionários, os conhecimentos dos adolescentes a respeito da sexualidade;
- Conhecer e respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade que garantam a dignidade humana;
- Conhecer o corpo humano e valorizar a saúde, condições necessárias para usufruir do prazer sexual;
- Aprender a identificar e expressar os próprios sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos dos outros;
- Conhecer e adotar práticas de sexo protegido ao iniciar relacionamento sexual, a fim de evitar contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da AIDS.

4. Metodologia

4.1. Ações

- Na área de Linguagem: Realizar pesquisas bibliográficas sobre a sexualidade e produzir textos relacionados a essa temática; confeccionar painéis de textos, músicas, poesias e literaturas em geral, para exposições;
- Na área de Química: analisar e compreender os componentes da estrutura bioquímica do ser humano, destacando os hormônios e suas funções no desenvolvimento físico e psicológico do adolescente; analisar a estrutura química das principais drogas e seus efeitos no corpo humano;
- Na área de Ciências/Biologia: aplicação de questionários estruturados, realização de seminários sobre os principais temas abordados no projeto, a saber: DSTs/AIDS, gravidez na adolescência, violência sexual contra a criança e o adolescente, aborto, casamento e família; elaborar exposições de modelos anatômicos do corpo humano, especialmente do aparelho reprodutor masculino e feminino;
- Na área de Matemática: realizar levantamentos de dados e pesquisas estatísticas sobre os temas elencados no projeto.

4.2. Meios

- Sensibilização do projeto e aos temas previstos;
- Confeção de caixa-coleta com dúvidas anónimas;
- Reflexões, debates e discussões;
- Leitura e análise de textos e de vídeos;
- Dinâmicas de grupo;
- Exposições.

5. Cronograma

Atividades/Ações	Período/2010
Diagnóstico	Maio
Pesquisas bibliográficas	Maio/Junho
Exposições de literaturas sobre sexualidade	Junho
Palestras sobre desenvolvimento físico e psicológico do adolescente	Julho
Seminário: sexo, drogas e rock and roll	Agosto
Pesquisa de campo: Gravidez na adolescência e DSTs em Caxias-MA	Setembro
Palestras e debates sobre violência sexual	Outubro
Seminário: diversidade sexual	Novembro
Campanha de Prevenção e combate à AIDS	Novembro e Dezembro*
Avaliação	Dezembro

- 1º de Dezembro é o dia mundial de combate a AIDS.

6. Recursos

- a. Humanos: profissionais da área da saúde; psicólogos; e toda a comunidade escolar.
- b. Materiais: livros, artigos, revistas, jornais, vídeos, filmes, músicas, cartazes, painéis, pincéis, cartolinas, papel madeira e papel ofício, canetas, lápis, borrachas, manuais informativos, modelos anatómicos, camisinhas, etc.

7. Avaliação

- Do nível de interesse pela leitura de diferentes géneros textuais;
- Através de textos produzidos pelos alunos;
- Escrita, individual e em grupo;
- Participação nas atividades em geral

8. Bibliografia

BASTOS, C.; KELLER, V.; *Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica.* Petrópolis: Vozes, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. *A Literatura: um "fio de Ariadne" no labirinto do ensino neste limiar de milênio?* IN: *Literatura: arte, conhecimento e vida.* São Paulo, Peirópolis, 2000.

MEC: Programa: Ensino Médio Inovador. 2009.

REVISTA DO PROFESSOR: Educação Sexual. Janeiro a Março. 1999. Ano XV n° 57. p. 19 e 20.

SEIXAS, Ana Helena. *Abuso sexual na escola:* IN: **SHOR, Nélia; CASTELO BRANCO, Vivian (org) et all.** *Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento.* Brasília - DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas da Saúde, 1999.

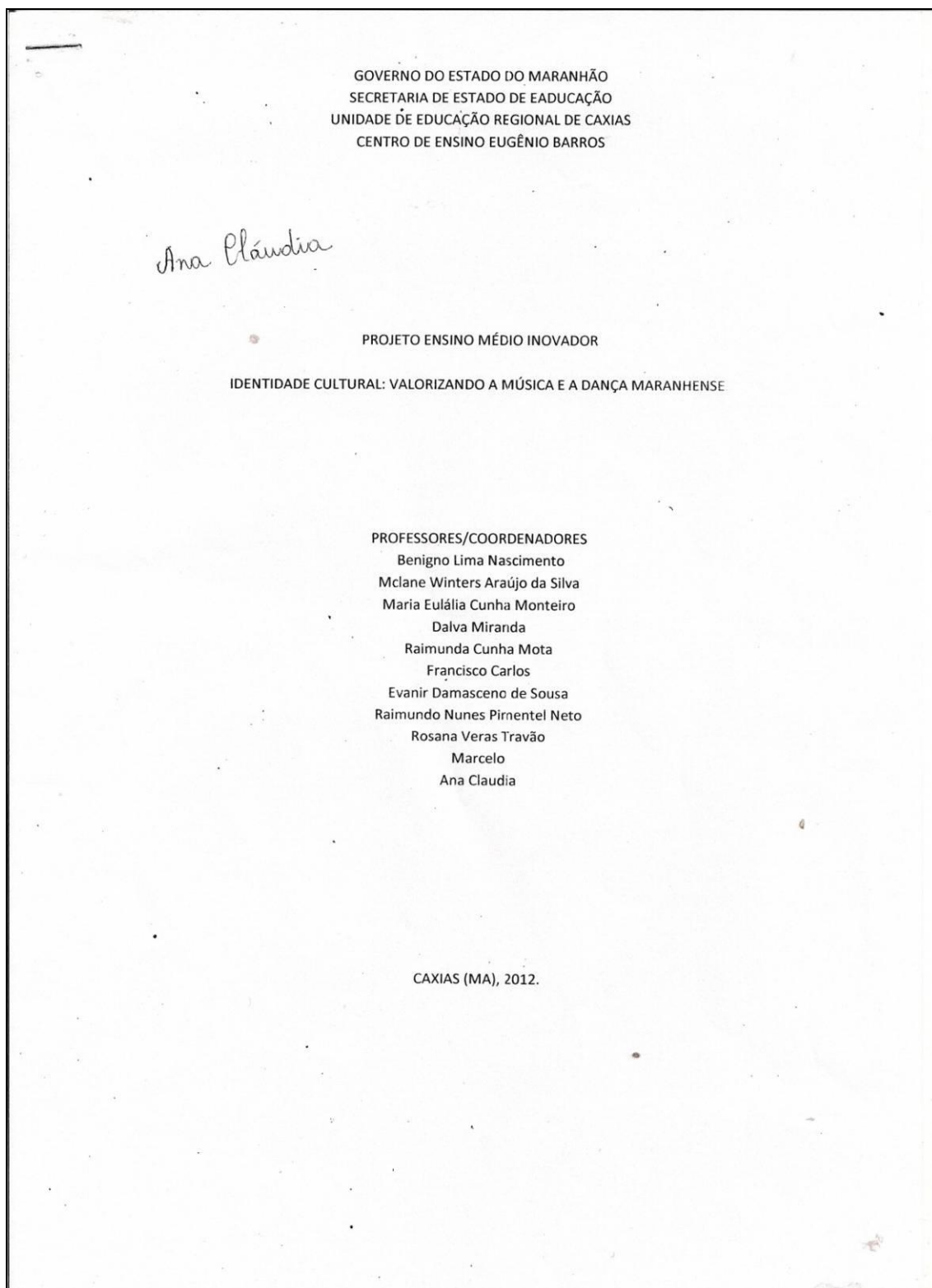
ZAGURY, Tania. 1947 – *O adolescente por ele mesmo.* 14ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2004.

9. Dos resultados

Na primeira etapa da aplicação do projeto de Educação sexual com os alunos do ensino médio do Centro de Ensino Eugenio Barros obteve-se como resultados:

- Diminuição do índice de gravidez na adolescência através do trabalho de esclarecimento e informações sobre o uso de métodos contraceptivos;
- Maior índice de conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis e possíveis maneiras de prevenção;
- Esclarecimento de dúvidas sobre questões relacionadas à puberdade;
- Maior aproximação da família com a escola através de atividades realizadas pelo projeto.

ANEXOS VI: PROJETO EDUCAÇÃO SEXUAL – ESCOLA ESTADUAL EUGÊNIO DE BARRO/2010.



1. JUSTIFICATIVA

- O estado do Maranhão possui uma das maiores e mais diversificada cultura do Brasil. No entanto, essa diversidade cultural está, em sua maioria, restrita à capital, São Luis, especialmente difundida nos festejos juninos. Vários aspectos dessa imensa cultura como, Cacuriá, Tambor de Crioula, dança do Lili e e, em especial, a música popular maranhense, são pouco apresentados nas comemorações típicas regionais, fato este que provoca, na comunidade escolar e na população regional, certa alienação quanto a toda essa riqueza cultural do nosso estado.
- Essas constatações propiciaram a iniciativa deste projeto, a ser desenvolvido na comunidade escolar, com a participação, sempre que possível, da população local.

2. OBJETIVO GERAL

- Conhecer, valorizar e divulgar as riquezas culturais contidas e manifestadas nas músicas e nas danças típicas do Maranhão.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ressignificar o interesse pela música e dança maranhense;
- Valorizar as músicas e as danças populares do maranhão;
- Valorizar a cultura local, envolvendo diferentes modalidades;
- Divulgar a dança do Cacuriá, do Lili, do Baião e do Bumba Meu Boi.
- Promover o folclore maranhense, através de festejos, especialmente, os juninos.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- No sistema tradicional de educação, os objetivos da escola são dados pelo governo, pela mantenedora pelo diretor, etc. Na perspectiva libertadora, as finalidades da escola não devem ser apenas ponto de partida, mas também ponto de chegada de uma caminhada com a comunidade educativa. Assim, os fins da educação são os produtos de um determinado momento, que expressa todo um processo e têm validade não só como produto (que poderia se dar por satisfeito e ser arquivado), mas sobretudo como elemento dinâmico que sustenta e desafia a comunidade da escola.
- O programa Ensino Médio Inovador propõe um processo que promove uma ação educativa permanente e articulada que visa educar, para estabelecer mudanças significativas nas escolas e uma reflexão conjunta das instituições, em particular da escola, por constituírem os principais articuladores da educação das novas gerações.
- O homem é o único animal cultural, por suas características próprias, desenvolve modos de resolver problemas, visões de mundo, artes, que são assimilados pelas novas gerações, seja para facilitar a sobrevivência, para encontrar o sentido das coisas ou mesmo por necessidades menos imediatas, como é o caso do desenvolvimento artístico. Cabe, portanto, a apropriação da herança cultural. O acesso à cultura pode se dar de várias formas, sendo a escola uma forma peculiar, visto o envolvimento com o saber sistematizado. O trabalho com o conhecimento tem sua base no processo de apropriação e

construção do conhecimento por parte dos sujeitos. Esta é uma das especificidades da contribuição da escola na formação da cidadania.

- Partindo da necessidade de refletir sobre a dança, a arte e a música na escola e sua contribuição na formação de cidadãos participantes e construtores do seu próprio conhecimento, este projeto tem como proposta a integração do alunado na escola, bem como sua participação como cidadão na sociedade, além de proporcionar um melhor rendimento nos estudos escolares, pois a dança, a arte e a música trabalham corpo, mente e espírito, tanto na cultura científica, quanto na filosófica e artística.
- A dança, a arte e a música, articuladas nas vertentes artísticas e científicas, focalizará leituras, discussões e práticas, relacionadas a aspectos históricos e atuais da cultura maranhense, a fim de que o alunado busque informações através de pesquisas e leituras dos temas abordados, fazendo com que obtenham espírito crítico dos fatos e, acima de tudo, que conheçam, aprendam a amar e divulgar a cultura tão diversa e maravilhosa do Estado do Maranhão.

5. METODOLOGIA

- Sensibilização da comunidade escolar ao projeto;
- Pesquisas bibliográficas, reflexões, debates e discussões;
- Leitura e análise de textos de vídeos temáticos;
- Dinâmicas de grupo e seminários;
- Aulas teóricas e práticas de música e canto;
- Aula-passeio;
- Exposições.

6. RECURSOS

MATERIAL	CUSTO ESTIMADO (R\$)
A. Humanos: profissionais da área cultural, músicos e instrumentistas; instrutores de danças típicas.	R\$ 5.000.00
B. Materiais: livros, artigos, revistas, jornais, vídeos, filmes, músicas, cartazes, painéis, pincéis, cartolinas, papel madeira e papel ofício, canetas, lápis, borrachas, manuais informativos, instrumentos musicais, transporte, hospedagem, alimentação, etc.	R\$ 25.000.00
TOTAL	R\$ 30.000.00

7. CRONOGRAMA

Atividades/Ações	Período/2012
Pesquisas bibliográficas e exposição de painéis e trabalhos sobre a cultura maranhense	Agosto
Apresentações da cultura típica do maranhão Festival de música e danças típicas da cultura regional	Setembro
Seminário: valorizando e divulgando nossa cultura	Outubro
Festival de talentos Culminância do projeto: exposição e divulgação das atividades	Novembro
Avaliação	Dezembro

8. REFERÊNCIAS

BASTOS, C.; KELLER, V.; **Aprendendo a aprender:** introdução a metodologia científica. Petrópolis: Vozes, 1991.
MEC: Programa: Ensino Médio Inovador. 2009.

ANEXOS VII: DADOS INFORMADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SOBRE A SUPERVISÃO.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – DADOS INFORMADOS:

SUPERVISÃO ESCOLAR:

Início do funcionamento Núcleo da Secretaria: 2009

Maria do Socorro Ferreira Brito Filha

Maria Celina Bacelar (especialista em Supervisão)

Arlete Regina Santos Lopes Brito (especialista em Supervisão)

Existem 07 supervisores atuantes na Secretaria de Educação realizando a supervisão nas escolas públicas municipais de Caxias.

Todos são efetivos.

Que tem especialização em supervisão apenas dois supervisores.

Como é realizado o trabalho:

Um trabalho de acompanhamento junto aos coordenadores e diretores escolares.

O que é realizado?

Em relação a aprendizagem, aos rendimentos, ao trabalho pedagógico do professores, quais as intervenções que podem ser feitas de acordo com os rendimentos dos alunos, acompanhamento dos diários, analisar como está e ajudar os coordenadores com intervenções.

São convidados pelos coordenadores, fazem encontros mensais, ajudam a sanar as dificuldades, quando não se tem a resposta no momento em que a bordado os problemas, se juntam aos demais supervisores e depois orientam segundo o que se apresenta como correto.

Os supervisores olham a escola, as salas de aulas, carga horária de trabalho dos profissionais da educação.

Existem algumas situações conflitivas no sentido de depois tentar amenizar a situação, e fazem um relatório para comunicar a secretaria.

Analisam o professor que tem mais sucesso e se os alunos estão aprendendo.

Fazem um olhar geral acerca da instituição onde atuam, e depois fazem um olhar específico para buscar trabalhar as particularidades.

Junto ao diretor: na parte administrativa, o que está acontecendo na cantina, como anda funcionando a escola, trazer as preocupações, rendimento da escola.

Dificuldades encontradas no trabalho:

Chegar até as escolas, pois os transportes da secretaria são poucos e não atendem as demandas. O transporte é dividido entre vários setores, e é preciso ser agendado. As vezes utilizam o próprio transporte para ir de encontro as escolas.

Dificuldade do coordenador ou diretor aceitar o trabalho por parte das escolas, a ausência de compreensão. A imagem tida dos supervisores cria um certo recuo dos profissionais da escola. Como são vistos interfere na execução do trabalho.

A relação com os coordenadores é boa.

Usam como justificativa a ausência dos gestores, pois são muito ausentes nas escolas. (Absentismo).

Facilidades no exercício profissional:

O contato que se tem com os coordenadores. Quebrou-se a imagem de um supervisor que está apenas como um "fiscal". Todos os supervisores trabalham na sala de aula, tem um dia na escola. A secretária de educação tem feito com que todos os supervisores não percam o contato com a sala de aula, justamente pra ver as dificuldades e as variadas situações que acontecem na perspectiva da supervisão educacional.

Todos os coordenadores são professores.

02 São professoras e especialistas em supervisão.

Concurso realizado em 2001.

Quanto a questão financeira: tem uma gratificação pelas 40 horas, mas o salário é mesmo de professor. É igual, no município não funciona 40 horas para professor, apenas de 20 horas, mas apenas para supervisor educacional que funciona as 40 horas.

Quanto as especializações dos supervisores:

01 formada em Pedagogia (concursada).

01 tem apenas Letras com pós em Supervisão.

01 Supervisão.

Todas são pedagogas.

01 Currículo e formadores de professores

01 Formação de formador de professores

01 Docência do Ensino Superior

Como é realizada a formação continuada dos supervisores e coordenadores:

É realizado no início do ano, onde se realiza a semana pedagógica de formação e capacitação profissional.

É realizado nos polos, nas escolas e agrupam.

Existe uma equipe da formação pedagógica direcionada para os professores.

Os supervisores fazem apenas os encontros.

A eficácia do trabalho dos supervisores se dá pelos resultados na aprendizagem dos alunos, de forma eficaz.

O fato de cumprir os 100% da carga horária dos anos letivos que são 200 dias, e não apenas fragmentado é valioso e é cobrado pelos supervisores, no sentido de evitar consequências na aprendizagem dos alunos, para que os mesmos não sejam prejudicados.

Pedem que o coordenador analise as provas e aplicação, de modo a ver se estão compatíveis com a realidade dos alunos, para que o professor

Analise o índice de aprovação e reprovação, se a reprovação foi muito grande, os supervisores vão na escola conversar com os coordenadores e gestores para ver o que está acontecendo e ressignificar algumas condutas visando a otimização do processo ensino-aprendizagem e diminuir os indicadores negativos.

Os supervisores são divididos em polos, próximos ao âmbito de moradia dos supervisores, depois socializam entre os próprios supervisores nas discussões.

Quando o núcleo foi formado tinha-se uma impressão da supervisão enquanto fiscalizador, porém foi sendo desmistificado.

A atuação dos supervisores ainda não está a altura, pois é realizada tarefas que não condiz com as atribuições dos supervisores. Algumas das funções são delegadas a estes profissionais de forma errônea.

O ideal seria por modalidade, porém, pela falta de transportes, mudou-se para que os supervisores ficassem próximos às suas casas.

Facilidades: resposta dos coordenadores, eles já tem quando os coordenadores vão à escola.

ANEXOS VIII: FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Muito importante. Elaboramos juntos o calendário escolar no início do ano.

Professores não faltam. Discussão e acompanhamento das atividades dos professores.

Não cobra muito dos professores porque são compromissados e também os mesmos tem suas ocupações e não deixam a desejar na execução do seu trabalho pedagógico escola.

Conhecimento acerca da Secretaria de Educação, trabalham de acordo com a realidade da escola em consonância com a Secretaria de Educação.

Implementam as mudanças na escola de acordo com os parâmetros e perfis da Secretaria.

O coordenar direciona o nosso trabalho e dão um apoio significativo no sentido de nortear o nosso trabalho pedagógico.

Diretora Adjunta.

Carmelita Silva

QUANTO AO PROCESSO AVALIATIVO:

- Conhecer os alunos que são fracos e os que não são, para se trabalhar as questões pedagógicas.
- O Mais-Educação ajuda de maneira significativa, no sentido de melhorar as aprendizagens dos alunos com déficits na aprendizagem.
- Grande preocupação é a leitura (a escola foca muito a leitura).
- Maria do Carmo (Coordenadora Pedagógica).
- Nº de alunos: U. I. M. JOÃO LOBO

Trav. Bela Vista, s/n, bairro Castelo Branco

Fundada em 14 de abril de 1997.

273 alunos nos turnos matutino e vespertino.

Manhã: 143

Vespertino: 130

Dois 1º anos / Um 2º ano / Um 3º ano / Um 4º ano / Um 5º ano.

De acordo com o censo escolar de 2012, a escola possui XXX alunos no turno matutino e XXX alunos no turno vespertino.

Diretor Geral: atua há 10 anos

Diretora adjunta: 11 anos.

AS TAREFAS DA ESCOLA PELA EQUIPE DE GESTÃO SÃO DIVIDIDAS:

Diretor Geral: Fica com a parte mais generalizada (parte financeira, administrativa). O diretor se engaja em todas as atividades.

Diretora adjunta e coordenadora pedagógica: fica mais com a parte pedagógica.

Diretora Adjunta: Carmelita Carneiro da Costa (11 anos)

Diretor Geral: Antonio de Oliveira Leal (10 anos).

TEMPO DE TRABALHO: oito horas de trabalho por dia para cada um.

Na verdade a supervisão acontece pela Secretaria da Educação, no qual os profissionais que realizam a supervisão são vindos da Secretaria de Educação.

Dentro da escola, a supervisão acontece por meio da Coordenação Pedagógica, no qual também realiza um trabalho de supervisão.

DIVISÃO DOS ESPAÇOS DA ESCOLA:

6 salas de aula – 6 turmas pela manhã e 5 à tarde.

2 banheiros de alunos, com quatro divisórias, ou seja, oito banheiros, 1 banheiro para o pessoal administrativo,

1 sala de informática.

1 Cozinha

1 Pátio

Na secretaria existe três compartimentos, onde tem uma sala da diretoria, uma sala dos professores.

Os programas que funcionam na escola.

MAIS EDUCAÇÃO / CONSELHO ESCOLAR / PPP / Verbas do PDDE, FNDE / Projeto ALFA e BETA (no 1º ano), Projeto Trilhas (Ligado a Natureza) no qual a questão financeira advém do MEC articulado a Prefeitura.

O PPP foi construindo na escola, pela participação dos professores, da comunidade e dos gestores, porém, faltam fazer algumas modificações pelo fato de ter a mudança dos

- 12 professores
- 03 Vigias
- 01 Coordenador Pedagógico
- 01 Diretor Geral
- 01 Diretora Adjunta
- 02 merendeiras e 05 Zeladoras
- 01 Secretária
- 01 Bibliotecária
- 01 Auxiliar de bibliotecária

Funcionários

Área da escola: 4.616, 83 m2, situada em um lugar sem muita movimentação, numa rua tranquila.

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

- Maria de Jesus do Carmo Rodrigues (atua há 5 anos) / oito horas de trabalho na escola.
- Não exerce outra função além da coordenação.
- Considera boa a relação entre gestão e coordenação.
- Com os professores eles se mantêm mais na deles, eles olham o coordenador como uma pessoa que está cobrando em função da secretaria de Educação, tem uma visão.
- Fez o concurso e passou, na verdade era para orientador escolar e ficou lotado como coordenador, houve mudanças quanto a nomenclatura e não ficou definido, de fato.
- Houveram lutas com os coordenadores em prol dessa mudança e não obteve nenhum tipo de resultado.

- Relação entre coordenação e alunos: se dá para chamar a atenção dos alunos, chamar os pais dos alunos, saber os problemas dos alunos indisciplinados.

- Relação entre coordenador e formação continuada com os professores: se dá apenas pela via de secretaria de educação e pelos programas do MEC, através de projetos.

- Maiores dificuldades: questão de aprendizagem dos alunos, falta de acompanhamento dos pais, falta de apoio junto a secretaria de educação.

- Quando tem algum aluno com dificuldades de aprendizagem os pais não fazem nada para mudar a situação.

- Apoio da secretaria de educação: dão apoio e estão sempre a disposição, eles vem para a escola e dão suporte.

- Aspectos facilitadores: relacionamento entre as pessoas / a direção dá autonomia à execução do trabalho pedagógico realizado pela coordenadora pedagógica / não existe atrito com os gestores

- Dois projetos realizados, mas os professores não deram a atenção

Projetos realizados e executados: Projeto de Ética e Cidadania / Projeto de Matemática / Projeto de Alfabetização / Projeto Valores / Projeto sobre Bullying (mais imediato pelas necessidades da escola, o que está sendo executado atualmente)

Todo projeto é feito em decorrência das datas comemorativas.

Trabalho focado no processo ensino-aprendizagem: no dia do planejamento coloca as situações e é feito uma intervenção, o letramento também do Programa Mais-Educação ajuda na questão da leitura e escrita.

Geralmente o professor coloca dificuldades ao se trabalhar as habilidades de leitura e escrita, uma vez que é preciso a procura de materiais diversificados para se trabalhar essa questão com os alunos.

Quais as atividades desenvolvidas: ajuda na matrícula, nos testes dos alunos, levantamento das notas (índice dos aprovados ou reprovados), ajuda um pouco de tudo, pois tudo envolve os alunos e não se pode ficar à mercê do processo. O trabalho é realizado de acordo com as necessidades, não existe um plano pronto e estabelecido para seguir durante a semana, mas conforme as circunstâncias apresentadas nos momentos. Tem o controle das faltas mensais dos professores e um quadro de reposição de aulas que deve ser cumprido pelos professores.

ANEXOS IX: DADOS DA ESCOLA ESTADUAL EUGÊNIO BARROS.

DADOS DA ESCOLA U. E. M. EUGÊNIO BARROS

COORDENADORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA:

ERINALDA MARIA MOTA (Ciências Biológicas) / SHEILA / ANA LUIZA

- Funciona na modalidade de Ensino Médio

Coordena junto aos professores

Meridalsa

Técnica da Secretaria de Educação que realiza o trabalho de supervisão na escola.

Unidades Regionais de Educação – URES não estão

Aldeias Altas, Coelho Neto, Afonso Cunha, Duque Bacelar, Parnarama, Caxias, São João do Soter.

São os professores que realizam o papel de coordenador, que estão fora de sala de aula, para colaborar com o diretor, onde existe vários programas estaduais e fica difícil realizar um trabalho.

Graça Reis, Teodora, Idalina (apenas essas são supervisoras da URES).

Não existe o profissional supervisor atuante nas escolas das URES, mas apenas um professor que desempenha esse papel.

Termina sendo um desvio de função.

Outros profissionais formados em outras áreas que não os formados em Pedagogia, tem uma visão opaca acerca do processo pedagógico (ensino-aprendizagem).

Em 1986 havia o coordenador e supervisor nas escolas, porém foi-se ao longo dos anos, tirando os profissionais de campo, pelo fato de não existir interesse político.

FORMAÇÃO CONTINUADA:

Esta foi a primeira escola a fazer parte de um programa federal, intitulado "Ensino Médio Inovador" (Metodologia de Projeto), remunerado; 11 projetos em execução, na área ambiental, na área turística, na área de sexualidade (orientação sexual), na área de teatro.

Entre 50 a 80 mil reais (compra de equipamentos para a execução de projetos, como materiais permanentes também, e para custear com os demais projetos).

Alguns projetos já foram premiados na esfera estadual e na federal também, os quais são ganhos na parte pedagógica da escola, nos quais mudou a dinâmica e a relação professor-aluno na escola.

A formação continuada se dá pelo papel desenvolvido pelas coordenadoras dos três turnos: acompanhando o papel do professor, o rendimento dos alunos, etc.

O professor tem uma carga exaustiva no começo do ano, em decorrência do projeto Ensino Médio Inovador (relatório, fotos, filmagens, depoimentos das pessoas).

Evaldo de Jesus Martins Costa (Gestor da escola)

Atua como gestor há 02 meses, mas já trabalha na escola a 6 anos.

O gestor chama a atenção dos profissionais que não se comprometem com os horários. É muito rigoroso e disciplinado.

A questão não é ser rigoroso, mas cumprir padrão e normas da escola.

COMO SÃO DIVIDAS AS TAREFAS NA ESCOLA:

O acúmulo de tarefas fez com que a antiga gestora entregasse o cargo.

Distribuímos todas as tarefas, somente ao que compete as atribuições de cada um.

Não existe a hierarquia entre gestor geral e gestor adjunto, então fazemos um trabalho conjunto.

O gestor não tem um retorno acerca da avaliação da gestão realizada

Formado em Bacharel em Engenharia (UFMA) / Realiza outro trabalho como engenheiro em outra empresa.

Dificuldades enfrentadas na escola:

Acontecem sempre, então você sabe até que ponto, é muito rígido com a cobrança do horário dos funcionários.

Estão com o capital para implantar 05 salas climatizadas / Meta que até 2014 todas as salas sejam climatizadas.

A escola tem muitos recursos.

Facilidades no trabalho:

Recursos materiais e humanos / Quadra que não é coberta, tem professor de educação física, mas não dá para trabalhar no sol, por tempo prolongado.

Total: 620 alunos

Professores: 75

Banheiros: 02 Professores (masculino e feminino)

02 dos alunos (masculino e feminino)

01 da diretoria

05 professores de LIBRAS a tarde e 02 pela manhã, no qual existe um acompanhamento junto aos alunos e professores.

Quantidade de funcionários do estado: 82

De uma empresa terceirizada: 04 da MASPI e 04 da vigilância

Dias alternados na atuação dos gestores.

O gestor tem duas matrículas e a adjunta só uma.